



**MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Secretaria-Executiva

EXERCÍCIO 2008

SUMÁRIO

1.	Identificação.....	4
2.	Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação.....	5
2.1.	Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	5
2.2.	Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	11
2.3.	Programas.....	18
2.3.1.	Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano.....	18
2.3.1.1	Principais Ações do Programa.....	18
2.3.1.1.1	Ação 0B16 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.....	18
2.3.1.1.2	Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC.....	19
2.3.1.1.3	Ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.....	21
2.3.1.1.4	Ação 4055 – Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.....	22
2.3.1.1.5	Ação 4420 – Funcionamento do Conselho das Cidades.....	27
2.3.1.1.6	Ação 4511 – Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano.....	31
2.3.1.1.7	Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	32
2.3.1.1.8	Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.....	40
2.3.2	Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	40
2.3.2.1	Principais Ações do Programa.....	41
2.3.2.1.1	Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	41
2.3.2.1.2	Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	41
2.3.2.1.3	Ação 2000 – Administração da Unidade.....	43
2.3.2.1.4	Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	44
2.3.2.1.5	Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	44
2.3.2.1.6	Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	45
2.3.3	Programa 1136 – Fortalecimento da Gestão Urbana.....	46
2.3.3.1	Principais Ações do Programa.....	46
2.3.3.1.1	Ação 8872 – Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano.....	46
2.4	Desempenho Operacional.....	54
2.4.1	Evolução dos Gastos Gerais.....	54
2.4.1.1	Da Dotação Orçamentária.....	54
2.4.1.2	Despesas Discricionárias.....	55
2.4.1.3	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.....	55
2.4.1.4	Projeto Piloto de Investimentos.....	56
2.4.1.5	Pessoal e Encargos Sociais.....	57
2.4.1.6	Dívida Interna e Externa.....	58

2.4.1.7	Sentenças Judiciais.....	58
2.4.1.8	Créditos Extraordinários.....	59
2.4.1.9	Operações Oficiais de Crédito.....	60
2.4.2	Da Execução Financeira.....	60
2.4.3	Despesas Obrigatórias.....	63
3.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	64
4.	Restos a pagar de exercícios anteriores.....	64
5.	Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas).....	65
6.	Previdência Complementar patrocinada.....	90
7.	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	90
8.	Renúncia Tributária.....	90
9.	Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.....	90
10.	Operações de fundos.....	90
11.	Despesas com cartão de crédito.....	90
12.	Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	90
13.	Determinações e recomendações do TCU.....	90
14.	Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	91
15.	Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	91
16.	Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	91

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria-Executiva/SE
CNPJ	05.465.986/0001-99
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério das Cidades
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Ministério das Cidades, 1º andar, sala 105, Brasília/DF. CEP: 70.054-900. Telefone: (61) 2108-1608. Fax: (61) 2108-1420
Endereço da página institucional na internet	HTTPS://WWW.CIDADES.GOV.BR
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei nº 10.683, 28/05/2003 – Criação do Ministério das Cidades Decreto nº 4665, 03/04/03 - Aprovação da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério das Cidades. Portaria nº 383, de 18/08/05 – Regimento Interno da Secretaria Executiva – Alteração dos arts. 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do anexo II e artigos 1º e 40 do anexo III da Portaria nº 227, de 04/07/03.
Código da UJ titular do relatório	UG 560003 – Secretaria Executiva
Códigos das UJ abrangidas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração UG 560011 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos UG 560010 – Coordenação-Geral de Logística
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Urbanismo, Habitação, Saneamento e Transporte
Tipo de atividade	Executora
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UG 560003 – Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração UG 560011 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos UG 560010 – Coordenação-Geral de Logística

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado das Cidades, tem como finalidade:

I) supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades vinculadas;

II) supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e modernização administrativa, administração dos recursos de informações e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

III) auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministro;

IV) coordenar e executar, em articulação com as Secretarias Setoriais, atividades relacionadas com participação do Ministério em órgãos colegiados;

V) supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas;

VI) supervisionar, em articulação com as Secretarias, agentes operadores e financeiros os programas e ações do Ministério das Cidades;

VII) coordenar a elaboração e propor a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte urbano, em consonância com a diversidade regional, sustentabilidade ambiental e respeito à igualdade de gênero e raça.

A Secretaria Executiva é responsável pela execução do Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.

Possui em sua estrutura regimental 02 (duas) Diretorias: Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico – DIACT e a Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI, além da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico – DIACT

a) Planejamento das ações

São realizadas reuniões com o corpo técnico para definição da estratégia de avaliação e acompanhamento das atividades desempenhadas pelas Secretarias finalísticas do Ministério.

b) FGTS

Representação e apoio técnico nas reuniões do Grupo de Apoio Permanente (GAP) ao Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CCFGTS;

Representação em Grupo Técnico para acompanhamento e monitoramento das recomendações e determinações constantes dos Relatórios de Auditoria Integrada da Controladoria Geral da União – CGU e dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU, referentes ao Ministério por meio de Planos de Providências;

Elaboração e revisão, em conjunto com as Secretarias finalísticas, dos atos normativos que regem os Programas do Ministério com recursos do FGTS;

Coordenação da elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício;

Elaboração de Notas Técnicas;

Acompanhamento da execução orçamentária, elaboração e encaminhamento de relatórios bimestrais;

Acompanhamento das operações contratadas no âmbito do FGTS, visando reduzir o quantitativo de obras em situação adversa (atrasadas, paralisadas e não iniciadas);

Revisão da base de dados que contém informações sobre os Programas com recursos do FGTS;

Elaboração de relatórios mensais em cumprimento a Resolução do Conselho Curador nº 515, contendo informações sobre execução orçamentária e seleção de propostas;

Demandas pontuais e acompanhamento de denúncias.

c) PAC

Acompanhamento das ações decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, junto às Secretarias finalísticas do Ministério e ao Comitê Gestor do PAC – CGPAC, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 20, de 31 de janeiro de 2007, que instituiu o Comitê Funcional de Acompanhamento do PAC no âmbito do Ministério das Cidades; participação em reuniões com os entes federados em Brasília e nos estados; consolidação das informações encaminhadas pelas áreas finalísticas; reuniões quadrimestrais de apresentação do Balanço do PAC.

Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI

A DDI tem como objetivos:

I) coordenar o processo de modernização e capacitação institucional de estados, Distrito Federal e municípios, em articulação com as Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades e com o Gabinete do Ministro, realizando e apoiando atividades (cursos, projetos de extensão, oficinas, seminários, etc.) que visem capacitar agentes públicos e sociais, para implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, e empreender esforços junto ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a utilização e gestão de sistemas de informação; e

II) Apoiar o Ministro de Estado na condução dos Conselhos das Cidades.

a) Gerência de Capacitação das Cidades – GC (Atuação na Capacitação de Pessoal): contribuir para a melhoria da capacidade de planejamento, avaliação e gerenciamento das administrações locais e dos atores sociais envolvidos na temática do desenvolvimento urbano (ação 0612)

b) Gerência de Informação das Cidades (Ação 1B00– Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC)

Objetivo Geral do SNIC:

Construção de um sistema integrado de informações que permita um melhor planejamento e controle das ações por parte do Ministério das Cidades e disponibilize informações às administrações municipais e aos cidadãos, viabilizando o planejamento urbano local e o controle da aplicação do recurso público.

A implementação do projeto passa pela disponibilização, via internet, de dados georeferenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre.

c) Conferência das Cidades: está sendo dirigida por meio do Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, visando à elaboração e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Compete a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA, de acordo com o Regimento Interno do MCidades, Portaria nº 383, de 18 de agosto de 2003:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I, e informar e orientar os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - propiciar aos órgãos, entidades vinculadas e às unidades administrativas integrantes do Ministério os meios capazes de permitir o controle do processo de execução orçamentária e financeira, possibilitando uma avaliação sistemática do emprego dos recursos, de acordo com o planejamento realizado;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério;

VI - desenvolver ações coordenadas com órgãos federais em questões normativas e de captação de recursos afetas às áreas de atuação do Ministério;

VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e

VIII - assistir à Secretaria Executiva na área de sua competência.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração possui em sua estrutura a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, a Coordenação-Geral de Logística, a Coordenação-Geral de Planejamento, a Coordenação-Geral de Modernização e Informática e a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças. As Coordenações Gerais de Recursos Humanos e de Logística são consideradas unidades gestoras executoras, cujos códigos são respectivamente 560011 e 560010.

A execução das ações 0B16 e 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano está sob a responsabilidade da SPOA.

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

A CGRH tem competência regimental para:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de gestão e política de recursos humanos relacionadas com a administração, integração, desenvolvimento, aperfeiçoamento, valorização e assistência aos servidores, seguindo as diretrizes do Sistema Central de Pessoal Civil;

II - propor e elaborar projetos relacionados com o desenvolvimento dos recursos humanos do Ministério, nos níveis estratégico e operacional, se necessário, em articulação com instituições especializadas de reconhecida capacidade técnica e educacional;

III - propor e elaborar projetos relacionados com a estruturação e implementação de planos de carreira no âmbito do Ministério, em consonância com o órgão central do Sistema de Pessoal Civil;

IV - propiciar o suprimento das necessidades de recursos humanos no âmbito do Ministério;

V - promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério;

VI - promover e propor, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, a celebração e rescisão de convênios e contratos na sua área de atuação;

VII - promover medidas para a realização do processo seletivo externo, delegadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil;

VIII - manter serviço de apoio administrativo no âmbito da Coordenação-Geral com a incumbência de controlar e conduzir o fluxo de documentos oficiais, apoio logístico, operacional e de protocolo, bem como requisitar, distribuir e controlar materiais de consumo e permanentes; e

IX - assistir ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração na área de sua competência.

A principal atuação da Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH está voltada para atividades de planejamento, coordenação, supervisão e execução das políticas de recursos

humanos, como pagamento de pessoal, benefícios, auxílios; apresentar informações declaratórias à Previdência Social; capacitação de servidores, dentre outras.

Sob a égide da CGRH estão a execução de 4 (quatro) ações do Programa de Apoio Administrativo e 1 (uma) ação de capacitação no Programa de Gestão de Políticas Públicas, conforme abaixo:

Programa 0750 – Apoio Administrativo

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Coordenação-Geral de Logística

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGLOG tem regimentalmente suas atividades voltadas à área de Atividades Meio, para o atendimento das demandas das Unidades integrantes do Ministério das Cidades - MCidades na execução de suas ações. Para o cumprimento da sua missão institucional a CGLOG desenvolve dentre outras as seguintes atividades:

Planejar a aquisição de bens e contratação de obras e serviços; elaborar minutas de editais, termos de referência, de contratos e de termos aditivos; analisar pedidos de reequilíbrio financeiro dos contratos; controlar e acompanhar a execução dos contratos; registrar preços nos Sistema de Preços Praticados – SISPP, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações – SIDEC para emissão de nota de empenho; liquidação e pagamento das despesas; controlar o prazo de entrega dos materiais e serviços; cadastrar e manter atualizado o cadastro de fornecedores; publicar no Diário Oficial da União e/ou nos jornais de grande circulação matérias referentes aos avisos de licitação e outros.

Planejar o reabastecimento do almoxarifado; distribuir e controlar o estoque do material de consumo; planejar as aquisições, controlar a distribuição, dar manutenção aos bens móveis e equipamentos em geral, atualizar os termos de responsabilidade, elaborar relatórios de movimentação mensal de material e os inventários com a finalidade de atender os Controles Interno e Externo.

Efetuar e acompanhar a manutenção das dependências do MCidades, fiscalizar os contratos de manutenção das instalações prediais, acompanhar e controlar os serviços de transportes.

Coordenação-Geral de Planejamento

À Coordenação-Geral de Planejamento compete coordenar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Planejamento, observando as diretrizes do órgão central; coordenar a elaboração, consolidação, acompanhamento, avaliação e revisão dos planos, programas e ações dos órgãos e entidades vinculadas; identificar oportunidades de integração de ações e programas desenvolvidos pelo Ministério, bem como sua supervisão com outros órgãos da administração direta; além de assistir ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração no âmbito de sua competência.

Coordenação-Geral de Modernização e Informática

A Coordenação-Geral de Modernização e Informática atua na área de Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados, Administração e Manutenção de Rede Cooperativa, Suporte a Usuários e a Assessoria Interna.

A Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas possui o objetivo de apoiar as estratégias e processos de trabalho do Ministério das Cidades, aplicando a tecnologia da informação na concepção de soluções que suportem as necessidades de negócio, proporcionando a melhoria contínua da gestão do negócio, gerenciamento de informações e tomada de decisões. O uso da TI apoiando as estratégias e ações gerenciais do Ministério objetivando consolidar a efetividade de suas ações e contribuir para gestão voltada para a eficácia e eficiência. Além de ações relacionadas à manutenção, correção, aperfeiçoamento e desenvolvimento de sistemas corporativos e departamentais.

A Coordenação de Administração e Manutenção de Rede tem o objetivo de fornecer um conjunto de regras e recomendações aos usuários dos serviços de rede visando à proteção e segurança dos servidores, ativos de rede, informações em dados e demais documentos, manter e operar sistemas de comunicação entre o MCidades e demais órgãos da administração pública e privada além de estabelecer procedimentos para a instalação e manutenção de ferramentas, hardware e software, visando a segurança dos sistemas computacionais e de comunicação do Órgão.

A área de Suporte a Usuários possui como atividade principal executar os serviços de atendimento a usuários além de implantação e manutenção dos equipamentos de informática para integração da informação.

A equipe da Assessoria Interna executa atividades nas mais diversas instâncias, realiza pesquisas sobre as inovações tecnológicas disponíveis no mercado, promove relacionamento com outras entidades do Governo Federal acerca das tecnologias adotadas na solução da gestão institucional e outras atividades na área de treinamento e capacitação de servidores da CGMI, como a elaboração de Termos de Referência para aquisição de utensílios ou prestação de serviços na área de informática.

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças está cadastrada sistemicamente como Unidade Gestora, Secretaria Executiva - código 560003, vinculada ao órgão Ministério das Cidades - código 56000. Tem como finalidade enquanto unidade gestora exercer o papel de setorial dos Sistemas de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal.

A estrutura organizacional a qual a sua subordinação à Secretaria Executiva é definida no Decreto nº. 4.665, de 03/04/2003, publicado no D.O.U. de 04/04/2003, Anexo II. Suas competências regimentais são as constantes na Portaria 227, de 04/07/2003, publicado no D.O.U. de 07/07/2003, conforme disposto no art. 32, transcrito abaixo:

“Art. 32 À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete”:

- I. Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e orientar as atividades orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social no âmbito do Ministério;
- II. Coordenar o processo orçamentário, em todas as suas fases e em todos os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;
- III. Elaborar propostas de normas e procedimentos complementares para as atividades de execução e controle orçamentário e financeiro e definir o processo de elaboração e programação orçamentária;
- IV. Definir normas e critérios orçamentários a serem seguidos pelas unidades orçamentárias em concordância com aqueles emitidos pelos órgãos normativos;
- V. Fornecer informações orçamentárias para o planejamento e para a tomada de decisões;
- VI. Implantar e divulgar informações sobre o processo orçamentário nos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;
- VII. Criar instrumentos operacionais que possibilitem uma melhor execução da programação orçamentária a nível setorial;

- VIII. Coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IX. Impugnar e representar, para apuração de responsabilidades, qualquer ato que não esteja amparado por lei ou que incida nas proibições legais, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao Assessor Especial de Controle Interno deste Ministério;
- X. Proceder aos registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do Ministério;
- XI. Elaborar diagnósticos situacionais para subsidiar a definição para subsidiar a definição de políticas e diretrizes setoriais;
- XII. Acompanhar e avaliar a realização da receita, da despesa, dos créditos adicionais, bem como dos instrumentos de obrigação e cooperação técnico-operacional celebradas pelo Ministério; e
- XIII. Assistir o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração na área de sua competência.

A portaria supracitada define também as funções da Coordenação de Orçamento e Coordenação de Finanças que exercem a função de Setorial Orçamentária e Financeira do Órgão Superior Ministério das Cidades e seus órgãos subordinados atendendo as determinações dos normativos regimentais e ao disposto na Lei nº. 10.180, de 06/02/2001, regulamentada pelo Decreto nº. 3.590/2000.

Compete a Coordenação de Orçamento do Ministério das Cidades, coordenar, orientar e avaliar as atividades relativas à execução orçamentária, além de subsidiar a elaboração da LDO e da PLOA dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

Já a Coordenação de Finanças do Ministério das Cidades compete planejar, supervisionar, controlar e orientar as atividades financeiras, programação e execução de todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Ministério. Neste sentido, as demandas são encaminhadas mensalmente a esta Coordenação, as quais são ajustadas conforme o Cronograma estabelecido em Lei/Portaria Interministerial e atendidas mediante liberação do Tesouro Nacional.

A unidade gestora 560003 – Secretaria Executiva não efetua a execução orçamentária e financeira de forma direta, desempenhando a função de Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil, ela é a responsável pela descentralização dos créditos orçamentários e recursos financeiros, bem como do controle gerencial desses, orientando, acompanhando e coordenando sua execução com vistas a atender os normativos que regem a programação orçamentária e financeira, além de fazer a comunicação com os respectivos Órgãos Superiores, além de realizar o acompanhamento e controle das contas contábeis e os demonstrativos constantes no Sistema SIAFI.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Secretaria Executiva

A unidade gestora 560003 – Secretaria Executiva contribui para o planejamento e integração das atividades do Ministério por intermédio de discussão, elaboração e consolidação da política setorial, programas de governo e ações governamentais, além de atuar na articulação com os órgãos do Governo Federal e dos Entes Federados.

A Secretaria Executiva, alinhada com os avanços na Administração Pública, busca uma nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

O Ministério das Cidades possui aderência entre a atual estrutura programática e a sua estrutura organizacional. A articulação entre as unidades é satisfatória, mas não a ideal. Os programas/ações estão devidamente alocados nas diversas unidades e são compatíveis com os objetivos do Órgão. Face às demandas existentes, que crescem continuamente, a nossa estrutura organizacional tornou-se insuficiente. O Ministério possui um quadro de pessoal muito reduzido e a falta de qualificação é preocupante. O espaço físico também é inadequado e insalubre, gerando insatisfação e desmotivação por parte dos servidores.

Diante de tais fatos o Ministério das Cidades está elaborando a sua revisão organizacional, o que irá melhorar a comunicação interprocessos, racionalizar os fluxos de informações e otimizar as suas atividades, dentre outros benefícios. Quando da sua implementação haverá uma melhor aderência entre a estrutura organizacional e a estrutura programática.

Dentro da sua competência de coordenar a elaboração e propor a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte urbano durante o exercício 2008, deu-se continuidade ao projeto que visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população brasileira. As bases desse projeto constituem-se em: (i) provisão habitacional por meio de financiamento, subsídios e repasse de recursos não onerosos; (ii) integração urbana dos assentamentos precários; e (iii) estabelecimento de um Sistema Nacional de Habitação articulador da Política Nacional de Habitação e indutor dos programas e ações federais no âmbito dos estados e municípios.

No que diz respeito ao planejamento habitacional de longo prazo, destaca-se o desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação – PlanHab, apresentado ao Conselho das Cidades no mês de dezembro. O Plano define estratégias de ação a partir da sistematização do setor habitacional e da análise das potencialidades e desafios da temática habitacional brasileira durante os próximos 15 anos. A elaboração do PlanHab foi realizada de forma inter-setorial e envolveu o diálogo com setores tanto do governo como da sociedade civil organizada, por meio de seminários regionais, reuniões técnicas e oficinas.

Como fechamento das iniciativas promovidas no país em 2008, como “Ano Internacional do Saneamento”, conforme instituído pela Organização Mundial das Nações Unidas, foi firmado o “Pacto pelo Saneamento Básico – Mais Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania”, congregando agentes e instituições no propósito da elaboração de um Plano Nacional de Saneamento Básico efetivamente participativo, que venha a otimizar as ações do setor e, com isso, acelerar o alcance da universalização dos serviços com qualidade e regularidade.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, por sua vez, consolidou as intervenções e serviços prioritários para o quadriênio 2007-2010. Após a aprovação da Lei 11.578, de 26/11/2007, os repasses lastreados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS passaram a ter status orçamentário e financeiro de transferências obrigatórias e, em conjunto com as ações incluídas no Projeto Piloto de Investimentos, no Programa Pró-Moradia e nos Projetos

Multissetoriais Integrados Urbanos, compõem o Programa de Aceleração do Crescimento na área de habitação, intitulado PAC-Habitação.

No contexto legal/institucional, a atuação do MCidades no ano de 2008 foi pautada por uma série de iniciativas no intuito de promover a articulação entre os diversos agentes atuantes no setor, governamentais ou não, nas três esferas federativas (federal, estadual e municipal), com vistas à criação de ambiente propício para se deflagrar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.

Também se deu continuidade à gestão dos convênios celebrados com governos estaduais em dezembro de 2007, que têm como objeto ações de promoção de acesso a terra urbanizada e regularização fundiária para população de menor renda.

O sistema de monitoramento montado no programa Papel Passado permite acompanhar o andamento de processos de regularização fundiária em todo o país, envolvendo tanto as ações que contam com apoio direto do Ministério das Cidades, quanto as que são desenvolvidas de forma autônoma pelos parceiros.

Foi dada continuidade ao apoio financeiro para desenvolvimento de planos de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e demais instrumentos para solução habitacional, por meio de entidades sem fins lucrativos e instituições de ensino. Com o objetivo de impulsionar o processo de elaboração dos Planos Diretores - PDs, com a nova concepção, o Ministério das Cidades decidiu realizar em 2008 uma atividade de Redes de Pesquisa - PDP, constituída de uma rede nacional de avaliação e monitoramento de Planos Diretores com o foco no acesso à terra urbanizada e bem localizada para todos, visando a capacitação de agentes do poder público e atores da sociedade civil para a implementação de Planos Diretores e fortalecimento da gestão municipal e das formas de participação social.

Outra atividade relevante é o Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC que tem realizado atividades com o objetivo de capacitar agentes públicos e sociais, para a implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, e, empreendido esforços junto ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a utilização e gestão de sistemas de informação.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA atua como órgão setorial do Sistema de Orçamento e de Programação Financeira do Governo Federal, sendo designado para exercer essa função, a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGORF, através do regimento interno do Ministério das Cidades. O trabalho da CGORF em sua essência está no cumprimento dos dispostos nos normativos que definem como deverá ser procedida a descentralização orçamentária e financeira, principalmente no que diz respeito aos limites e contingenciamento.

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual e a decretação das diretrizes de programação financeira, tem início a execução orçamentária. A Setorial Orçamentária pode, a partir daí, efetuar a movimentação dos créditos, independentemente da existência de saldos bancários ou recursos financeiros.

Inicialmente, o Decreto 6.439/2008 (de Programação Orçamentária e Financeira) impôs um grande contingenciamento da dotação orçamentária do Ministério. O Ministério, com base no contingenciamento fixado no Decreto, distribuiu os limites para movimentação e empenho das Unidades do Ministério.

Ao longo do ano, vão sendo ampliados os limites para movimentação e empenho. O grande problema é que as ampliações se concentram no final do ano. Conforme se observa no quadro abaixo, no mês de dezembro houve uma ampliação de 36,59% do limite para movimentação e empenho do Ministério. Tal fato ocasiona dificuldades na execução orçamentária, implicando num grande volume de restos a pagar inscritos.

Tabela 2 – Dados das Despesas Discricionárias

Limites para Movimentação e Empenho

Unidade Orçamentária	Limite até novembro (a)	Ampliação de limite em dezembro (b)	% (b/a)
56101	1.270.141.654	482.185.455	37,96
56201	54.787.259	30.349.382	55,39
56202	136.620.804	18.747.400	13,72
56901	85.802.649	37.172.110	43,32
56902	46.393.240	14.659.653	31,60
Total	1.593.745.606	583.114.000	36,59

Fonte: SIAFI

Os limites mensais para pagamento estabelecidos conforme Decreto nº 6.439, de 22/04/08 e Portaria Interministerial nº 88, de 29/04/08, alterada pela Portaria Interministerial nº 240, de 30/07/08, atenderam às necessidades reais das Unidades Gestoras no decorrer do ano. A programação financeira se realiza em três níveis distintos: Órgão Central de Programação Financeira, Órgão Setoriais de Programação Financeira e Unidades Gestoras. Além das ampliações de limites, o Ministério recebeu também o total de R\$ 823,00 milhões de créditos extraordinários liberados no decorrer do ano, a fim de atender necessidades urgentes, inclusive PPI e PAC.

As solicitações de crédito suplementar e extraordinário e a ampliação de limite orçamentário e financeiro junto ao Ministério da Fazenda e do Planejamento, são medidas importantes que foram adotadas no ano de 2008, e que, no caso do financeiro possibilitou o pagamento dos contratos de repasse firmados em exercícios anteriores.

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos adotou um novo instrumento de diagnóstico de capacitação com o objetivo de responder às novas demandas de aprendizagem e desenvolvimento dos servidores, sendo um importante passo na condução dos processos de qualificação, capacitação e desenvolvimento de servidores, levando-nos a alinhar a prática para uma gestão pública eficiente, visando ao alcance dos objetivos setoriais (PPA 2008-2011).

Cumprindo ainda ressaltar, como atuação da Coordenação Geral de Recursos Humanos, os encaminhamentos necessários junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com vistas à contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, com a publicação da MP nº 431, de 14.05.08, convertida na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

A estratégia de atuação da CGLOG é prover as contratações necessárias e previstas, a custos economicamente viáveis para aquisições de diversos materiais e contratações de diversos serviços, com a finalidade precípua de agilizar e dar condições logística para a execução dos projetos destinados ao MCidades.

Uma das maiores dificuldades na execução das ações no exercício de 2008 foi a questão espaço físico destinado ao MCidades, locado no 1º, 2º e 3º andar do Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios, espaço ocupado de aproximadamente 5.000 m², o qual encontra-se em situação extremamente precária, vez que, a força de trabalho atualmente é de aproximadamente 1.200 pessoas.

Outra questão relevante foi a execução das ações destinadas ao Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC, que, como consequência, aumentou significativamente a execução dos contratos de logística: transporte, reprodução de documentos, correios, serviços de publicidade,

serviços gráficos, eventos, passagens aéreas, diárias e outros, e ainda, insuficiência de espaço físico para guarda de material e acomodação de pessoal recém contratados.

É válido relatar ainda o ocorrido em relação à empresa de prestação de serviços e atividades de apoio administrativo. A empresa contratada, Plural Serviços Terceirizados Ltda., atual Imperial Construções Administrações e Serviços Ltda, teve o CRA suspenso e cancelado e este é requisito indispensável para habilitação no processo licitatório.

Houve rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 47/2007, firmado com a empresa supracitada, cujo objeto é a prestação de serviços de atividades de apoio administrativo, nas áreas de abrangência de assistência técnica e assistência operacional, para atender às necessidades do MCidades.

Em 20.10.2008 foi encaminhado Ofício 012116/2008/CGLOG à empresa Imperial Construções, Administrações e Serviços Ltda, informando a rescisão unilateral do contrato supracitado, estipulando o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação.

Simultaneamente, foi enviado Ofício nº 012190/2008, à empresa 22ª colocada no certame, com base no art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93, consultando se a mesma tinha interesse na prestação dos serviços acima mencionados, nas mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor. A empresa 22ª colocada, manifestou-se favoravelmente, à consulta realizada.

Foi formalizada a rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 47/2007, firmado com a empresa Plural, nos termos do art. 55, inciso XIII, e 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e firmado o contrato Administrativo Nº 26/2008, com a empresa Orion Serviços e Eventos Ltda., nos termos do art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93, para prestação de serviços de atividades de apoio administrativo, nas áreas de abrangência de assistência técnica e assistência operacional, para atender às necessidades do MCidades com vigência até 15.01.2009.

Em, 15.01.2009, foi formalizado Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 26/2008, pelo período de 90 dias, em razão da recomendação feita pelo Ministério Público Federal, recebido neste Ministério das Cidades, em 19.11.2008, processo 80.000.010192/2007-86, que em seu parágrafo 13.3, sugeriu que diante da eminência do término do período contratual estabelecido pelo contrato nº 047/2007, que sua prorrogação ou nova licitação fossem antecedidas, além de todas as demais formalidades legais, de estudo demonstrativo da compatibilidade de preços com o mercado (público e privado) e também de fundamentação da necessidade do mesmo quantitativo de pessoal, haja vista a nomeação de servidores públicos, conforme mencionado na referida Nota Técnica.

Ressalta-se que conforme determinação do Ministério Público Federal, este órgão enviou comunicação aos demais órgãos e setores desta Pasta, a respeito da recomendação para cessar as irregularidades na contratação de terceirizados para executar atividades finalísticas.

No que se refere ao fim da vigência contratual, informamos que para a realização do Termo Aditivo de vigência, foi realizada a pesquisa de mercado, junto aos Órgãos da Administração Pública Federal, fls. 4570/4603 e pedido de orçamentos as empresas do seguimento, conforme fls. 4620/4632 e 4911/4914 e 4927/4930. Dormita a fl.4968, Mapa Comparativo dos preços praticados tanto no mercado quanto na Administração Pública Federal, onde pode ser verificado que os preços praticados nesta Pasta continuam sendo mais vantajosos para a Administração.

A renovação do contrato em epigrafe foi sugerida inicialmente por apenas 90 (noventa) dias ou até que se concluisse novo processo licitatório, em razão da recomendação feita pelo Ministério Público Federal, recebido neste Ministério das Cidades, em 19.11.2008, Processo: 80000.010192/2007-86, in verbis:

“13.1 – que adote todas as providencia cabíveis,inclusive comunicação aos demais órgãos e setores desse Ministério para que todas as atividades finalísticas sejam exercidas por servidores públicos e, de forma alguma, seja possibilitada a atuação de empregados terceirizados, seja através de empresas fornecedoras

de mão-de-obra, seja por intermédio de Organismos Internacionais, nas atividades de licitação, contratação (inclusive convênios), e orçamentária desse órgão, exceto aquelas atividades unicamente acessórias, como fotocópias, transporte interno de documentos, digitalização e etc.”

Ainda neste mesmo sentido o Termo de Conciliação Judicial – Processo nº 00810-2006-017-10-00-7, de 05.11.2007, dispõem:

“... A UNIÃO se compromete a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271/1997, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

...A responsabilidade pela contratação de serviços terceirizados em desacordo com o disposto no Decreto nº 2.271/1997, será da autoridade competente para a assinatura do contrato e do respectivo ordenador de despesas, solidariamente.

...A UNIÃO se compromete a regularizar a situação jurídica dos seus recursos humanos, com a conseqüente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271/1997.”

Desta forma esta Pasta no intuito de atender ao disposto na Recomendação do Ministério Público Federal – Procuradoria da República do Distrito Federal, Decreto nº 2.271/1997, bem como o disposto no Acórdão 1520/2006-Plenário, entendeu ser necessário novo procedimento licitatório.

No entanto, o contrato a época celebrado com a empresa Plural Serviços Terceirizados Ltda, atual Imperial Construção Administrações e Serviços Ltda., foi rescindido em razão de descumprimento de Cláusula Contratual.

Com embasamento no artigo 24, inciso XI, da Lei 8.666/93, foi formalizado novo contrato, por meio da Dispensa de Licitação nº 48/2008, com a empresa remanescente do certame, no caso, a empresa Orion Serviços e Eventos Ltda, cuja vigência expirou-se em 15.01.2009, tendo sua vigência estendida por meio de termo aditivo até 15.04.2009.

Esta Pasta cumpriu as determinações do Ministério Público Federal, recebido neste Ministério das Cidades, em 19.11.2008. A atual empresa Orion Serviços e Eventos encontram-se com as suas obrigações fiscais em dias.

Quanto à orientação para não contratar empregado terceirizado que tenha vínculo de parentesco com servidores públicos efetivos ou ocupantes de cargos em comissão, esclarecemos que este Ministério já adotou a orientação, desde a elaboração dos editais nº 08/2006 e 26/2007.

Considerando o que foi publicado no D.O.U, nº 17, seção 1, de 26 de janeiro de 2009, Decisão de 23 de janeiro de 2009, Processo nº 00190.036879/2007-12, da Controladoria-Geral da União, in verbis:

“Em relação à empresa Orion Serviços e Eventos Ltda., deixo de aplicar a penalidade em razão da ausência de elementos probatórios suficientes a configurar o ilícito apurado no presente processo.”

Em razão do exposto acima, foi encaminhada consulta a Assessoria Especial de Controle Interno – AECI deste M. Cidades, sobre a possibilidade de manter a vigência do contrato administrativo nº 26/2008, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, por meio de Nota Técnica nº 106/2009, de 02.02.2009, as fls. 5021/5024.

A AECI, manifestou-se por meio da Nota Técnica nº 02/2009, datado de 02.03.2009, fls. 5025/5028, onde no seu parágrafo 13, sugere a fundamentação da necessidade do mesmo quantitativo de pessoal no contrato administrativo nº 26/2008, haja vista a nomeação de servidores nesse ínterim, opinando pela juntada da referida documentação.

Neste sentido foi acostado aos autos a Nota Técnica nº 187/2008/CGLOG de 28.11.2008, fls. 5029 do processo 80000.010192/2007-86, que consta a informação de que foram cumpridas as determinações do Ministério Público Federal, bem como Nota Técnica nº 288/CGRH, de 26.11.2008, que versa sobre as providências que vem sendo adotadas, por aquela CGRH, na requisição de servidores públicos, para a composição da força de trabalho deste Órgão, fls.5031/5033.

Face ao exposto esta Pasta estuda a legalidade, em manter a vigência do contrato administrativo nº 26/2008, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Quanto à orientação para não contratar empregado terceirizado que tenha vínculo de parentesco com servidores públicos efetivos ou ocupantes de cargos em comissão, esclarecemos que este Ministério já adotou a orientação, desde a elaboração dos editais nº 08/2006 e 26/2007.

Coordenação-Geral de Planejamento

A Coordenação-Geral de Planejamento coordenou a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Planejamento, observando as diretrizes do órgão central, inserindo neste contexto o monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais – Sigplan e do Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – Sispac.

Orientou e consolidou os trabalhos para elaboração da Mensagem Presidencial, da Prestação de Contas do Presidente da República, além dos Manuais de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério.

Assistiu a Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração no âmbito de sua competência fornecendo-lhe subsídios necessários à uma boa gestão pública quando necessário.

Coordenação-Geral de Modernização e Informática

A área de Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados concluiu os seguintes projetos:

Tabela 3 – Projetos Concluídos

Sistema	Objetivo	Departamento
Consulta Prévia 2008	Receber informações sobre as demandas dos municípios a respeito de suas áreas de atuação.	SNH,SNSA e SEMOB
Conselho2008	Receber informações sobre os conselhos que existem nos municípios	Conselho das Cidades
ValeTransporte2008	Obter informações de vários municípios brasileiros sobre a utilização do vale transporte	SEMOB
Locação Social	Hotsite para divulgação e inscrição	SNPU
SIHEP	Habilitar Entidade sem fins lucrativos a realizar proposta junto aos Ministério das Cidades na área de Habitação	SNH
UrbFavelas	Formulário de inscrição para o seminário de Urbanização de Favelas	SNH

Além das atividades relacionadas acima, a equipe realiza a carga do sistema GEOSNIC com as informações enviadas pela Caixa Econômica Federal, assim como a manutenção das bases de dados dos sistemas existentes no Ministério. Estão ainda sendo realizadas as migrações dos sites do PMSS, SNSA, PBQPH, SNH e RESIDUOS SÓLIDOS-SNSA.

A área de Administração e Manutenção da Rede Corporativa vem buscando melhorar os serviços disponíveis no MCidades com a implementação de novas tecnologias para atender as diversas exigências e tratamento de segurança tais como: migração da rede local com projeto executivo para a nova sede do Ministério, migração dos serviços do CPD do subsolo para o novo edifício sede, certificação digital, centralização de base de dados dentre outros.

Com o cenário existente, os serviços críticos como Web, DNS interno/externo, DHCP, PDC, Banco de Dados necessitam de manutenções preventivas, seja em seus hardwares ou em seus sistemas operacionais.

Por outro lado, a gestão de capacidade de armazenamento, listas de mensagens eletrônicas, hospedagem de web também requerem atenção continuada.

A Coordenação de Suporte possui como atividades primordiais a execução dos serviços de atendimento aos usuários, a implantação e a manutenção dos equipamentos de informática para integração da informação.

As principais atividades exercidas foram: o cadastro do parque computacional; a elaboração de plano de mudança para o novo prédio; a atualização do parque computacional (hardware); o upgrade de memória no parque computacional (Itautec e Positivo); a aquisição de ferramentas de trabalho; a aquisição de hardware para backup em estações de trabalho; a contratação de empresa de manutenção de hardware; a aquisição de licenças de software; a implementação de internet 3G nos notebooks dos usuários; a alteração de segurança em estações de trabalho; a manutenção do servidor de fax; a manutenção do servidor de impressão; aquisição de estações de trabalho para usuários; a disponibilização de maior horário de atendimento aos usuários; a verificação corretiva dos equipamentos de informática; a divulgação e manutenção de padrões e normas técnicas de utilização dos softwares padrões do Ministério; a execução dos procedimentos de manutenção dos componentes de informática; e o estudo e implantação de novas tecnologias na utilização e instalação de software e hardware.

A Assessoria Interna executa atividades diversas dentre as quais: pesquisas sobre as inovações tecnológicas, promoções de relacionamentos com outras entidades do Governo Federal acerca das tecnologias adotadas na solução da gestão institucional e atividades na área de treinamento e capacitação de servidores da CGMI.

Abaixo demonstrativo das Aquisições em 2008, nesta área.

Tabela 4 – Demonstrativo de Aquisições

OBJETO	Nº DO PROCESSO
Aquisição de Software Antivírus para uso corporativo	80.000.008492/2008-86
Aquisição de 02 licenças do Windows Server 2008	80.000.021369/2008-72
Aquisição de Equipamentos para CPD	80.000.026385/2008-30
Contratação de Empresa de Consultoria para PDTI	80.000.021545/2008-54
Aquisição de 340 Microcomputadores	80.000.014210/2008-80
Locação de Servidores para Rede Computacional	80.000.017525/2008-89
Aquisição de Solução Tecnológica	80.000.004171/2008-11
Aquisição de Solução Informatizada	80.000.003698/2008-10
Contratação de empresa Especializada Manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de Informática	80.000.017205/2008-29
Solicitação de Serviços de recuperação HDs	80.000.006597/2008-09
Contratação Serviço de Gestão Administrativa	80.000.023226/2008-83
Aquisição de Ativos de Rede	80.000.023171/2008-10
Aquisição de Notebooks	80.000.014003/2008-25
Aquisição Software (Autocad, Corel Draw)	80.000.010546/2008-73

2.3. Programas

2.3.1. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Tabela 5 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	
Objetivos Específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.
Gerente do programa	Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo
Gerente executivo	Elcione Diniz Macedo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Secretaria Executiva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não há indicadores
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.1.1 Principais Ações do Programa

2.3.1.1.1 Ação 0B16 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Magda Oliveira de Myron Cardoso
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais no âmbito do Ministério. Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério.

Esta ação trata-se de crédito extraordinário aberto no valor de R\$ 35.110.070,00 em que foram empenhados R\$ 34,1 milhões. Destacam-se os totais empenhados no estado do Rio de Janeiro de R\$ 6,6 milhões, no estado de Goiás no valor de R\$ 4,2 milhões e no estado da Bahia com empenho de R\$ 3,3 milhões. Não há previsão de execução física na Lei Orçamentária para a ação.

2.3.1.1.2 Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Fortalecer a capacidade do Ministério das Cidades de produzir, disponibilizar e compartilhar dados e informações municipais com atores urbanos - poder público, parceiros e sociedade, dotando os municípios de condições para viabilizar formulação, gestão e acompanhamento de políticas públicas locais.
Descrição	Levantamento de necessidades de informação, obtenção e produção de dados e informações, organização e recuperação de dados e informações por meio de sistema de informações geográficas, disseminação de informações por meio da web e modos tradicionais (documentos impressos). Desenvolvimento do SIG - Sistema de Informação Geográfica, baseado em software livre, para apoiar os municípios em suas políticas públicas. Sistematização e disponibilização de informações dos programas e ações executados pelo Ministério das Cidades, tanto para consultas internas quanto para externas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Elcione Diniz Macedo
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Gerência de Informação das Cidades.

O SNIC é um sistema integrado de informações que além de permitir um melhor planejamento e controle das ações por parte do Ministério das Cidades, disponibiliza informações às administrações municipais e aos cidadãos, viabilizando o planejamento urbano local e o controle da aplicação do recurso público. A implementação do sistema passa pela disponibilização, via internet, de dados geo-referenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre, em consonância com a orientação do Governo Federal, a fim de garantir uma maior interoperabilidade entre os sistemas de informações, possibilitando auditorias aos códigos-fonte dos programas visando preservar a segurança e privacidade dos dados e diminuindo os custos com licenças de softwares, entre outros.

O sistema reúne em uma única base de dados, informações de diversas fontes, tais como IBGE, IPEA, Tesouro Nacional, BACEN, PNUD, INEP, DATASUS, TSE etc, totalizando mais de 800 indicadores para cada município brasileiro, bem como dados de acompanhamento dos seus contratos.

Tabela 8 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 2.619.427,00	R\$ 1.649.352,74	63
Física	26	36	138

Produto: sistema implantado

Tabela 9: ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2008 - AÇÃO DA LOA 1B00:

Nº	DESCRIÇÃO DO EVENTO/ATIVIDADE/PRODUTO	COORDENAÇÃO/ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACITADOS	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR EMPENHADO/PAGO(R\$)
1	Curso de capacitação sobre o Sistema GEOSNIC e aplicativo Terra View na Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - Rio de Janeiro	Gerência de Informações do Ministério das Cidades	Apresentar as funcionalidades básicas disponíveis nos aplicativos TerraView e TerraViewCidades; Apresentar o funcionamento do sistema de posicionamento GPS (Global Positioning System) e capacitar o aluno no manuseio do GPS de navegação para fins de posicionamento e coleta de dados; Introduzir ao aluno os princípios de carregamento, organização, manipulação e interpretação de informações territoriais utilizando Sistemas de Informações Geográficas (SIG's).	Servidores da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	16 e 17 de outubro de 2008	CBTU - Rio de Janeiro/RJ	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	21	21	R\$ 16.434,88
2	Contratação de empresa especializada para a confecção de material gráfico para composição de kit (3 manuais - usuário SNIC; Terra View; Terra SIG; 1 folder com apresentação do SNIC; 1 guia rápido do Terra View e 1 caixa para embalagem) do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC. 30.000 cópias de cada	Gerência de Capacitação e Gerência de Informações do Ministério das Cidades	Distribuição dos kits aos servidores de todas as prefeituras municipais brasileiras, às instituições públicas estaduais dedicadas à gestão territorial urbana, aos institutos universitários que mantenham cursos afetos às áreas de urbanismo, sensoriamento remoto, geografia e gestão pública, em ações de capacitação (cursos, oficinas, seminários), tem como objetivo divulgar e apresentar o Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC, bem como capacitar para a utilização do mesmo.	servidores de todas as prefeituras municipais brasileiras, às instituições públicas estaduais dedicadas à gestão territorial urbana, aos institutos universitários que mantenham cursos afetos às áreas de urbanismo, sensoriamento remoto, geografia e gestão pública, em ações de capacitação (cursos, oficinas, seminários)	Novembro de 2008	Brasília/DF			1	R\$ 750.000,00
3	Reprodução de 30.000 cópias de 1 (um) CD de instalação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC, o qual fará parte do kit que está sendo constituído, juntamente com material gráfico, para apresentação e distribuição do Sistema a todos os municípios brasileiros.								1	R\$ 363.900,00
	Projetos de extensão, das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES aprovados no âmbito do Edital PROEXT - MEC-Cidades 01/2007	Gerência de Capacitação do Ministério das Cidades, no âmbito do PNCC e Ministério da Educação	Capacitar, no mínimo, 2 servidores públicos permanentes de 40 prefeituras que abrange cada Universidade Federal. Os projetos serão desenvolvidos e executados no ano de 2009	Servidores Públicos Permanentes de pelo menos 40 prefeituras municipais que abrangem cada Universidade Federal	Em novembro de 2008 foi realizado o destaque de orçamento para as IFES selecionadas.				12	R\$ 420.406,74
4	Aquisição de lotes de imagens de satélite de alta resolução das regiões metropolitanas e de municípios com obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	Gerência de Capacitação e Gerência de Informações do Ministério das Cidades	Imagens para compor o Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC, que objetiva o monitoramento dos projetos do PAC e para que os gestores municipais possam acompanhar e planejar as transformações de seu território	Além do Ministério das Cidades, servidores e gestores municipais.	Dezembro de 2008	Brasília/DF			1	R\$ 98.611,12
TOTAL								21	36	R\$ 1.649.352,74

2.3.1.1.3 Ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Tabela 10 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento urbano, mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento à população aos serviços saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outros caracterizados como desenvolvimento urbano.
Descrição	Formulação e implementação, por meio de projetos demandados pelos entes federados, de ações de saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outras caracterizadas como desenvolvimento urbano.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Magda Oliveira de Myron Cardoso
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais no âmbito do Ministério. Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério.

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados da ação:

Tabela 11 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 2.256.966.334,00	R\$ 1.580.030.132,33	70,01
Física	25.110	3.856	15,36

Produto: projeto apoiado

Destacam-se os recursos aplicados no município de Belford Roxo no valor total de R\$ 29,66 milhões, no município de Aparecida de Goiânia no valor de R\$ 26,14 milhões, e no município de Goiânia no valor de R\$ 14,08 milhões. Vale informar ainda que o Rio de Janeiro foi contemplado com R\$ 13,44 milhões, o município de Santarém com R\$ 11,9 milhões e São Luiz com R\$ 11,9 milhões.

2.3.1.1.4 Ação 4055 – Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Tabela 12 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Formular e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como as políticas setoriais que a compõem e a sua projeção no plano internacional.
Descrição	Desenvolvimento de planos e estudos, pesquisas, projetos, eventos e publicações que subsidiem a formulação, o acompanhamento e a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, compatibilizando e atualizando suas metas bem como as ações de cooperação internacional do Ministério.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Elcione Diniz Macedo
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Desenvolvimento Institucional-DDI
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Coordenar a elaboração e propor a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte urbano, em consonância com a diversidade regional, sustentabilidade ambiental e respeito à igualdade de gênero e raça.

Esta ação tem como objetivo principal formular e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como as políticas setoriais que a compõem.

Tabela 13 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 2.223.000,00	R\$ 2.212.226,98	100
Física	5	32	640

Produto: projeto realizado

Tabela 14: ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2008

Nº	EVENTOS/CAPACITAÇÃO	COORDENAÇÃO/REALIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACITADOS EFETIVOS	QT. PRODUTO/SERVICO	VALOR PAGO/EMPENHADO (R\$)
1	Impressão de Material Gráfico para a Conferência sobre o Desenvolvimento das Cidades		Material que foi distribuído na Conferência		Material pronto em 5/2/08				1	R\$ 19.761,00
2	Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento das Cidades	A Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Confederação Nacional de Municípios, o Ministério das Cidades, a Prefeitura de Roma, UNESCO, UNHABITAT, UNDESA e UNIFEM foram os promotores da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades 2008.	Captar a diversidade de iniciativas de inovação e transformação social que vêm surgindo nos últimos anos, criando um ambiente de reflexão coletiva, de discussão e apresentação de experiências, que permita uma abordagem da temática do desenvolvimento de cidades de modo mais orgânico ou sistêmico, focalizando, para tanto, quatro grandes temas centrais: 1) Direito à Cidade (Políticas Locais sobre Direitos e Responsabilidades dos Cidadãos); 2) Governança e Democracia em Cidades (Experiências Inovadoras de Gestão e Participação Democrática); 3) Desenvolvimento Local em Cidades; e 4) Sustentabilidade e Cidade-Rede.	Gestores públicos (prefeitos, vereadores e operadores de políticas públicas), acadêmicos e especialistas, lideranças comunitárias e, enfim, a todos os promotores governamentais, empresariais e sociais de experiências de participação democrática focalizadas em territorialidades urbanas e voltadas para a indução do desenvolvimento local em cidades.	13 a 16/02/2008	Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil,	A Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Confederação Nacional de Municípios, o Ministério das Cidades, a Prefeitura de Roma, UNESCO, UNHABITAT, UNDESA e UNIFEM foram os promotores da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades 2008.	7.000	1	R\$ 105.526,00
3	Atender despesa para 2008, referente a serviços de assinatura de Banco de Dados, fornecendo arquivo de notícias de interesse do Ministério das Cidades	MCidades		Ministério das Cidades	Fevereiro de 2008	Brasília/DF			1	R\$ 66.000,00
4	Despesa com fornecimento e assinatura de clipping em substituição ao empenho 2008NE900048	Mcidas		Ministério das Cidades	Mai de 2008	Brasília/DF			1	R\$ 107.667,00
5	10º Congresso da Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM	CONAM	Levar o relatório das ações da entidade no último período e as propostas de trabalho para o próximo período à base do movimento. O 10º Congresso da CONAM foi um momento importante para a entidade, pois possibilitou a participação de representantes de todo o país, que ajudaram a construir as posições políticas, a	Cerca de 3.000 lideranças comunitárias de todo o país, que ajudam a construir as posições políticas, a	22 a 25 de maio de 2008	Cidade de Lauro de Freitas – BA.	Ministério das Cidades	2400	1	R\$ 150.032,44
6	Impressão de 3.000 exemplares do Relatório Final da 3ª Conferência Nacional das Cidades	Secretaria do Conselho das Cidades - Ministério das Cidades	Distribuição para os Conselheiros das Cidades	Conselheiros das Cidades	Mai de 2008	Brasília/DF			1	R\$ 120.000,00

Nº	EVENTOS/CAPACITAÇÃO	COORDENAÇÃO/REALIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACITADOS EFETIVOS	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR PAGO/EMPENHADO (R\$)
7	IV Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares - CMP	Central de Movimentos Populares - CMP	Elaboração do plano de atuação dos movimentos populares ligados à Central.	673 delegados (as) eleitos (as) nos Congressos Estaduais da Central de Movimentos Populares e 127 convidados, dentre: <ul style="list-style-type: none"> • Representantes das entidades nacional e internacional; • Representantes das entidades parceiras e patrocinadoras; • Dirigentes de ONG's, Redes e Movimentos Sociais; • Dirigentes de partidos políticos; • Dirigentes de movimento sindical; • Intelectuais; • Estudantes. 	26 a 29 de junho de 2008	Brasília/DF	Ministério das Cidades	400	1	R\$ 150.830,90
8	11º Encontro Nacional de Moradia Popular	União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás UEMP-GP	Avaliar a atuação da UNP e suas posições frente às políticas públicas; elaborar propostas de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano em nível nacional e indicativo para os níveis estaduais e municipais; deliberar sobre a	1000 delegados e delegadas eleitos nos 19 estados brasileiros	05 a 08 de junho de 2008	Goiânia/GO	Ministério das Cidades	1000	1	R\$ 150.420,00
9	Produção de Publicação (3.000 exemplares) contendo os resultados do Evento "Cidade de Todos: Política para Favelas", realizado em Brasília/DF, nos dias 20 e 21 de setembro de 2007.	MCidades	Publicar revista com os resultados e discussões havidos por ocasião do evento realizado em setembro de 2007.	gestores públicos nacionais e internacionais, responsáveis por políticas de redução da pobreza urbana e demais atores sociais envolvidos com esta temática.	agosto de 2008	Brasília/DF	Aliança de Cidades/Cities Alliance, Caixa Econômica Federal, o Congresso Nacional (Comissão de Desenvolvimento Urbano, Frente Parlamentar da Reforma Urbana, Frente Parlamentar em Defesa das Cidades de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas e Frente Parlamentar Mista da Habitação), o Fórum Nacional de de Reforma Urbana e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Todos foram parceiros/apoiadores do evento que deu origem à Revista em questão.		1	R\$ 11.880,00
10	Despesas com reunião do Grupo de Trabalho Interfederativo - Regiões Metropolitanas	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	Debates, discussões para realização do Seminário Internacional Brasil-França sobre Gestão Metropolitana	Membro do Grupo	agosto de 2008	Brasília/DF	Ministério das Cidades		1	R\$ 6.535,24
11	18ª Reunião do Conselho das Cidades e seus Comitês Técnicos	Secretaria do Conselho das Cidades - Ministério das Cidades		Conselheiros das Cidades	outubro de 2008		MCidades		1	R\$ 218.303,19
12	Seminário Internacional Brasil-França sobre Gestão Metropolitana	Coordenação do Grupo de Trabalho Interfederativo, nomeado no âmbito do Comitê de Assuntos Federativos (CAF) da Subsecretaria de Assuntos Federativos/PR	expor e debater experiências francesas sobre Gestão Metropolitana entre os membros dos Ministérios, representantes de entidades nacionais que agregam as prefeituras, representantes das instâncias estaduais envolvidas com a temática das Regiões Metropolitanas e especialistas franceses, no âmbito do Grupo de Trabalho Interfederativo, nomeado pelo Comitê de Assuntos Federativos (CAF).	Representantes dos Ministérios (Cidades, Gestão Metropolitana, Planejamento, Integração Nacional, Estratégia de Longo Prazo e Relações Institucionais), de três entidades nacionais que agregam as prefeituras e das instâncias estaduais envolvidas com as temáticas e com o Grupo de Trabalho Interfederativo	14 e 15 de outubro de 2008	Brasília/DF	Ministério das Cidades e o Programa Cidade Brasil / Cooperação em Desenvolvimento Urbano da Embaixada da França no Brasil	87	1	R\$ 55.424,96

Nº	EVENTOS/CAPACITAÇÃO	COORDENAÇÃO/REALIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACITADOS EFETIVOS	QT. PRODUTOS/SERVIÇO	VALOR PAGO/EMPENHADO (R\$)
13	XXII Assembleia da Asociación Latinoamericana y de la Península Ibérica de Metros e Subterráneos - ALAMYS	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Superintendência de Recife (PE)	Reunir todos os membros, diretores e comitês técnicos para avaliação e síntese dos trabalhos desenvolvidos e elaboração de propostas para a melhoria da mobilidade urbana, notadamente dos sistemas metro-ferroviários.	Membros, diretores e técnicos da Asociación Latinoamericana y de la Península Ibérica de Metros e Subterráneos.	16 a 20 de novembro de 2008	Recife/PE	Ministério das Cidades	400	1	R\$ 171.647,00
14	Reimpressão do Manual (2.600 exemplares) de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, do Ministério das Cidades	Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Midades	Para uso do MCidades e para distribuição nos eventos pertinentes a este assunto	MCidades, Servidores e Gestores Federais, Estaduais e Federais	Novembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC		1	R\$ 57.200,00
15	V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: O Direito Urbanístico nos 20 anos da Constituição Brasileira de 1988 – Balanço e Perspectivas - realizado em 2006	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU	Promover uma avaliação sobre a evolução do Direito Urbanístico brasileiro no decorrer dos 20(vinte) anos da Constituição Brasileira de 1988 e como objetivos específicos:	Advogados; Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Professores Universitários, Estudantes; Arquitetos Urbanistas; Servidores Públicos da área de habitação, desenvolvimento, urbanismos e jurídico	16 a 19 de novembro de 2008	Manaus/AM	Ministério das Cidades		1	R\$ 122.400,00
16	Contratação de serviços gráfico para a impressão de 2.000 exemplares da cartilha “Pacto pelo Saneamento Básico – Mais Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania”, do Ministério das Cidades.	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades	Lançamento e distribuição da da cartilha no Seminário Nacional “O Brasil no Ano Internacional do Saneamento”, realizado nos dias 04 e 05 de dezembro de 2008	Participantes do Seminário Nacional “O Brasil no Ano Internacional do Saneamento”, realizado nos dias 04 e 05 de dezembro de 2008	Novembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC		1	R\$ 8.000,00
17	Representação brasileira no IV Fórum Urbano Mundial	Secretaria Executiva do Midades	apoiar a representação Brasileira no IV Fórum Urbano Mundial, realizado Nanjing, na China	Secretários e diretores do Ministério das Cidades	3 a 5 de novembro de 2008	Nanjing, na China	Ministério das Cidades		1	R\$ 49.227,06
18	Seminário Internacional de Locação Social	Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades	Discutir a locação social como alternativa para reduzir o déficit habitacional brasileiro, possibilitando o acesso a cidade e a terra urbanizada; difundir as experiências nacionais e internacionais de locação social e debater sobre a compatibilização e/ou aplicação de aspectos relacionados aos modelos exitosos no Brasil.	Corpo técnico do Governos Federal, Estadual e Municipal, de instituições financeiras públicas de fomento, movimentos sociais, cooperativas, representantes de Universidades, Entidades de Classe, do Setor Empresarial e da sociedade civil em geral	08 a 11 de dezembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC (Gerência de Capacitação do MCidades); Representação da UNESCO no Brasil; Cooperação Brasil - Itália 100Cité; Programa Cidade Brasil / Cooperação em Desenvolvimento Urbano da Embaixada da França no Brasil.	300	1	R\$ 10.134,07
19	Seminário sobre Produção Social da Moradia	Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ; União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP/RJ	Apresentar e analisar experiências nacionais e internacionais referenciais no campo da Produção Social da Moradia, identificando o contexto, papel dos diferentes atores e impacto destas experiências sobre o enfrentamento do déficit habitacional em suas localidades	Duzentos representantes de movimentos sociais, ONGs, universidades, assessorias técnicas, gestores públicos federais (incluindo técnicos da Caixa), estaduais e municipais.	15 a 17 de dez/2008	Rio de Janeiro/RJ	Ministério das Cidades	250	1	R\$ 101.783,49

Nº	EVENTOS/CAPACITAÇÃO	COORDENAÇÃO/REALIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIAS/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACITADOS EFETIVOS	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR PAGO/EMPENHADO (R\$)
20	Impressão de 1000 exemplares do livro "Operações Urbanas em Áreas Centrais" - Resultado do Seminário Brasil - França de Operações Urbanas, do Ministério das Cidades	Secretaria Nacional de Programas Urbanos do MCidades	Apresentar as experiências e estudos apresentados no Seminário Brasil - França de Operações Urbanas, realizado na Cidade de Belo Horizonte/MG, em março de 2008.	Gestores, técnicos e diversas equipes federais, estaduais e municipais envolvidas com o tema	dezembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC		1	R\$ 60.000,00
21	Impressão de 5.000 encartes CD (Regularização Fundiária) - SNPU	Secretaria Nacional de Programas Urbanos do MCidades	Apresentar as experiências e estudos relacionados com o tema "Regularização Fundiária".	Gestores, técnicos e diversas equipes federais, estaduais e municipais envolvidas com o tema	dezembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC		1	R\$ 137.200,00
22	Impressão de 5.000 exemplares cartilha Regularização Fundiária - SNPU								1	
23	Impressão de 5.000 exemplares Manual de Regularização Fundiária - SNPU								1	
24	Impressão e acabamento de 1.000 Cartilhas de Mobilização Social e Educação Ambiental em Saneamento - SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades	Publicar os materiais produzidos no âmbito do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - PEAMSS, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do MCidades	Gestores, técnicos e diversas equipes federais, estaduais e municipais envolvidas com o tema	dezembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC		1	R\$ 86.400,00
25	Impressão e acabamento de 1.000 Documento de Referência Conceitual do PEAMSS (SNSA)								1	
26	Impressão e acabamento de 1.000 exemplares do Caderno Metodológico para ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - SNSA								1	
27	Impressão e acabamento de 1.000 exemplares da Publicação sobre Experiências em Mobilização Social e Educação Ambiental em Saneamento - SNSA								1	
28	Impressão de 10.000 exemplares de cartilha sobre Moderação de Tráfego Medidas para Humanização da Cidade	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana(SEMOB) - Ministério das Cidades	Contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos recursos humanos responsáveis pelo planejamento, regulação e gestão do transporte e da mobilidade urbana no âmbito municipal e metropolitano	Gestores, técnicos e diversas equipes federais, estaduais e municipais envolvidas com o tema	dezembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC		1	R\$ 24.400,00
29	Impressão de 20.000 cópias do folder sobre Moderação de Tráfego Medidas para Humanização da Cidade								1	
30	Confecção de 1.000 bolsas e reprodução de 1.000 DVD's do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - PEAMSS	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA do Ministério das Cidades (no âmbito do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento).	Subsidiar o trabalho de gestores e das diversas equipes de profissionais que desenvolvem ações de mobilização social e educação ambiental em saneamento pelo país	Gestores e diversas equipes de profissionais que desenvolvem ações de mobilização social e educação ambiental em saneamento pelo país	dezembro de 2008	Brasília/DF	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC		2	R\$ 24.260,00
31	8º Congresso Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Fórum Social Mundial, a ser realizado pela Sociedade de Apoio à Moradia - SAM	Sociedade de Apoio à Moradia e pela Cooperativa Habitacional da Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> • Eleger a nova Coordenação Nacional; • Formular diretrizes da política do Movimento Nacional de Luta pela Moradia; • Estabelecer a interligação entre os Coletivos Estaduais • Participação, articulação e unificação das entidades nacionais e internacionais que discutem e apoiam as lutas pela reforma urbana.	Todos os delegados eleitos nos Encontros Estaduais, devidamente indicados e homologados nestes processos e etapas, militantes e dirigentes de todas as instâncias orgânicas do MNLM e : Delegações das 04 entidades nacionais da reforma urbana.	23 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009	Belém/PA	Ministério das Cidades	Este evento foi planejado (empenhado) em 2008. Só será realizado em janeiro de 2009.	1	R\$ 197.194,63
TOTAL								4.837	32	R\$ 2.212.226,98

2.3.1.1.5 Ação 4420 – Funcionamento do Conselho das Cidades

Tabela 15 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Custear a instalação e a manutenção das atividades do Conselho das Cidades e de suas Câmaras Setoriais.
Descrição	Manutenção das atividades inerentes ao Conselho das Cidades por intermédio da promoção de encontros, reuniões, seminários e conferências e realização de publicações de apoio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Elcione Diniz Macedo
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Apoiar o Ministro de Estado na condução dos Conselhos das Cidades.

Esta ação tem como objetivo viabilizar o funcionamento do Conselho das Cidades e do processo das Conferências das Cidades (nacional, estadual e municipal), visando à elaboração e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Tabela 16 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	100
Física	1	1	100

Produto: Conselho Mantido

Tabela 17: Quadro Orçamentário Conselho das Cidades 2008

FAVORECIDO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR EMPENHO	REFORÇO EMPENHO	ANULAÇÃO EMPENHO	VALOR PAGO
DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	Reunião Movimento Nacional de Luta pela Moradia de balanço da 3ª Conferencia Nacional das Cidades e PLANHAB – Plano Nacional de Habitação. Dias 28 e 29/01/08.	9.761,07			9.761,07
	Reunião do Grupo de Trabalho Regimento e reunião da Coordenação Executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades - dias 11 e 12/02/2008.	21.500,00		348,21	43.977,26
	14ª Reunião Coordenação Executiva 3ª Conferência Nacional das Cidades. Em 26/03/08.	22.825,47			
	Empenho 900057. Reuniões PLANHAB – Plano Nacional de Habitação com os segmentos do conselho das cidades. De 25 a 29/02/08.	84.353,64			254.359,73
	Reunião da comissão de sistematização da 3ª Conferência Nacional das Cidades, em São Paulo. Em 03/03/08.	12.346,52		1.251,37	
	2ª reunião extraordinária do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano do ConCidades. Em 03/03/08.	15.144,80			
	Seminário PLANHAB – Plano Nacional de Habitação. Dias 27 e 28/03/08.	18.071,88			
	Empenho 900099. 16ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades. Em 31/03 e 01 e 02/04/08.	125.694,25			
DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	Reunião do Grupo de Trabalho Regimento Interno e Coordenação Executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Em 06 e 07/03/08	22.205,37			22.205,37
	Reforço ao Empenho 900057. Reuniões PLANHAB – Plano Nacional de Habitação com os segmentos do ConCidades.	3.372,17			3.372,17
	Reforço ao Empenho 900099. 16ª Reunião do ConCidades.	1.498,98			1.498,98
	Reunião da Comissão Preparatória da Proposta de Constituição da Coordenação Executiva do ConCidades. Em 13/05/2008.	7.570,15			7.570,15
	Empenho nº 900355 Reforço: Reuniões PLANHAB – Plano Nacional de Habitação com os segmentos do conselho das cidades. De 25 a 29/02/08.	7.095,56			7.095,56

DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	Reunião extraordinária dos comitês técnicos de planejamento e gestão do solo urbano e de habitação do conselho das cidades para realização do Seminário PL 3.057/00 no DF. Em 20 e 21/05/08.	83.355,96	89,28		83.445,24
	Impressão de banner e crachás.	1.879,96			1.879,96
	2ª Reunião da Coordenação Executiva do ConCidades, 2º Mandato. Em 17/06/08.	7.297,38	1.065,03		8.362,41
	Cerimônia de posse e 17ª Reunião do ConCidades. Em 08, 09 e 10/07/08.	167.757,41	485,20		168.242,61
	Conversão de copia de fita VHS para DVD, da 1ª CNC.	97,00			97,00
	1ª Reunião da Coordenação Executiva do ConCidades, 3º Mandato. Em 20/08/08.	9.644,54	318,66		9.963,20
	Hospedagem e alimentação para Movimento Popular no Seminário Regional GO PL 3.057/2000. Em 02 e 03/09/08	4.269,92			4.269,92
	1ª Reunião do Grupo de Trabalho SISTEMA. Em 08/09/08.	8.305,08			8.305,08
	1ª Reunião Grupo de Trabalho Agenda em 10/09/08.	8.044,88			8.044,88
	Coffee break na reunião do Grupo de Trabalho Orçamento. Em 23/09/08.	630,88			630,88
	Coffee break na 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Programa de Aceleração do Crescimento. Em 11/09/08.	630,88			630,88
	Hospedagem e alimentação para Movimento Popular, nos Seminários Regionais BA/PR/SP/PA do PL 3.057/2000. Em 05, 06, 11, 12, 22, 23, 26 e 27/09/08.	15.941,82			15.941,82
	DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	2ª Reunião da Coordenação Executiva do ConCidades. Em 17/09/08.	9.456,51		
2ª Reunião do Grupo de Trabalho SISTEMA. Em 29/09/08.		8.842,40			8.842,40
2º reunião do Grupo de Trabalho PL 3.057/00. Em 01/10/2008.		8.352,76			8.352,76
3ª Reunião da Coordenação Executiva do ConCidades. Em 16/10/08.		11.528,84			11.528,84
2ª Reunião Grupo de Trabalho Agenda e Grupo de Trabalho Sistema. Em 28, 29 e 30/10/08		17.598,24	924,79		18.523,03

DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	1º reunião da Comissão PL 3.057/00. Em 24/10/08.	7.983,69			7.983,69
	Reunião Central de Movimentos Populares propostas para realização da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Em 30 e 31/10/08	15.711,35			15.711,35
	2ª Reunião do Grupo de Trabalho Programa de Aceleração do Crescimento. Em 10/11/08.	10.409,16			10.409,16
	3ª Reunião do Grupo de Trabalho SISTEMA. Em 14/11/08.	8.750,59			8.750,59
	Hospedagem e traslado para Oficina do Pacto do Saneamento Básico. Em 12 e 13/11/08	8.823,72			8.823,72
	4ª Reunião da Coordenação Executiva do ConCidades. Em 17/11/08.	10.447,16			10.447,16
DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	2º reunião da Comissão PL 3.057/00. Em 25 e 26/11/08.	20.111,64			20.111,64
	19ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades e apoio ao Seminário do Ano Internacional do Saneamento, com locação do espaço físico, hospedagem, alimentação e traslado. Em 01, 02 e 03 e 04 e 05/12/08	91.552,48*			91.552,48*
Gráfica e Editora Brasil Ltda.	Empenho nº 900133 e 901423 - Impressão de certificado de participação para conselheiros.	9.800,00			9.800,00
	Empenho nº 901423 em reforço ao empenho nº 900133 - Impressão de certificado para conselheiros.	52,50			52,50
TOTAL		898.716,62	2.882,96	1.599,58	900.000,00

2.3.1.1.6 Ação 4511 – Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano

Tabela 18 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a execução e o acompanhamento de ações de saneamento, habitação e infra-estrutura urbana.
Descrição	Remuneração as instituições financeiras públicas que operam programas de interesse governamental voltados ao saneamento básico, à redução do déficit habitacional e à melhoria da infra-estrutura urbana.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Octavio Luiz leite Bitencourt
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e orientar as atividades orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social no âmbito do Ministério. Coordenar o processo orçamentário, em todas as suas fases e em todos os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério. Coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério

A unidade gestora 560003 – Secretaria Executiva descentraliza os créditos e recursos e a unidade gestora 560010 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos realiza os empenhos e pagamentos às instituições financeiras

A rubrica orçamentária definida nos orçamentos dos exercícios anteriores, identificadas no Programa de Trabalho 15.452.0310.4511.0001, cujas dotações consignadas no LOA eram insuficientes para o pagamento da prestação de serviços gerou para o Ministério das Cidades uma dívida com a Caixa Econômica Federal, instituição financeira que atua como mandatária da União na operacionalização dos programas sociais – conforme tabela anexa. Com isso fez a necessidade da abertura de Créditos Extraordinários, fato esse determinado pelo Tribunal de Contas – TCU através do Acórdão 1206/2006 – 1ª Câmara.

Os créditos extraordinários foram solicitados, no intuito de realizar o pagamento de despesas na prestação de serviços pela Caixa Econômica Federal na execução dos programas sociais lastreados com os recursos do OGU, na forma do disposto em contrato firmado com a mesma. A dotação orçamentária necessitava ser suplementada de forma que permitisse a quitação da dívida deste Ministério, calculada à época em R\$ 127,6 milhões, abrangendo os exercícios financeiros de 1996 a 2005. Tendo sido abertos por meio da Medida Provisória nº. 324 de 2006, convertida na Lei 11.388 de 14 de Dezembro de 2006, no montante de R\$ 153.125.000,00 (Cento e cinquenta e três milhões e cento e vinte e cinco mil reais) no programa de trabalho 15.452.0310.4511.0101 – Remuneração das instituições financeira públicas pela operacionalização de projetos de desenvolvimento urbano. Fora efetuado o pagamento no exercício de 2006 no montante de R\$ 10.725.632,00 (dez milhões, setecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e dois

reais). Os créditos foram reabertos no exercício de 2007, tendo sido executado o montante de R\$ 87.558.002,00 (Oitenta e sete milhões quinhentos e cinquenta e oito mil e dois reais).

Foi inscrito em restos a pagar, no exercício de 2008, o valor de R\$ 54.841.366,00 (Cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil e trezentos e sessenta e seis reais). Deste total, foram pagos R\$ 8.302.217,50 (oito milhões, trezentos e dois mil duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados da ação:

Tabela 19 – Metas e resultados da ação no exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)
Financeira	54.841.365,66	8.302.217,50	15,14
Física	1	1	100

Produto: Instituição financeira remunerada

A execução orçamentária a partir do exercício de 2006 foi realizada em consonância com o dispositivo previsto na LDO, o qual determina que as despesas administrativas decorrentes das transferências feitas por intermédio de instituições mandatárias da União, poderão correr à conta das mesmas dotações destinadas às respectivas categorias de programação, podendo ser deduzidas do valor repassado ao conveniente, conforme cláusula prevista no correspondente instrumento.

Foram efetuados cerca de 15,13% da rubrica reaberta em 2008, sendo uma evolução satisfatória. Ressaltamos que não houve maior execução tendo em vista os acertos operacionais entre o Ministério das Cidades e a Caixa para finalizar os documentos de pagamento do módulo de Prestação de Contas, previsto nos contratos de serviços.

2.3.1.1.7 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 20 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Alessandra Rodrigues Oliveira Mesquita
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Competências institucionais requeridas para execução da ação	<p>Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de gestão e política de recursos humanos relacionadas com a administração, integração, desenvolvimento, aperfeiçoamento, valorização e assistência aos servidores, seguindo as diretrizes do Sistema Central de Pessoal Civil.</p> <p>Propor e elaborar projetos relacionados com o desenvolvimento dos recursos humanos do Ministério, nos níveis estratégico e operacional, se necessário, em articulação com instituições especializadas de reconhecida capacidade técnica e educacional.</p>
---	---

O diagnóstico realizado para a elaboração do Plano de Capacitação e Desenvolvimento do MCidades foi de extrema importância, uma vez que envolveu diferentes atores (servidores, chefias, Coordenação Geral de Recursos Humanos e agentes de capacitação) e possibilitou a identificação de necessidades de capacitação, não somente das áreas meio, mas também das áreas finalísticas.

Foi definido como meta que 60% do total de servidores deste Ministério participariam de algum evento de capacitação de curta, média ou longa duração. No período de consolidação do referido Plano, em abril/2008, tinham-se 457 servidores. A diferença observada no quadro abaixo se deve pela entrada de novos servidores da carreira de infraestrutura, que vieram suprir necessidades emergentes de acordo com as demandas oriundas do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC.

A necessidade de inclusão desses novos servidores no quantitativo do Plano de Capacitação, atende ao Decreto nº. 5.707/2006, o qual institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seu artigo 3º, conforme segue:

“(…)
IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público;
 (…)”

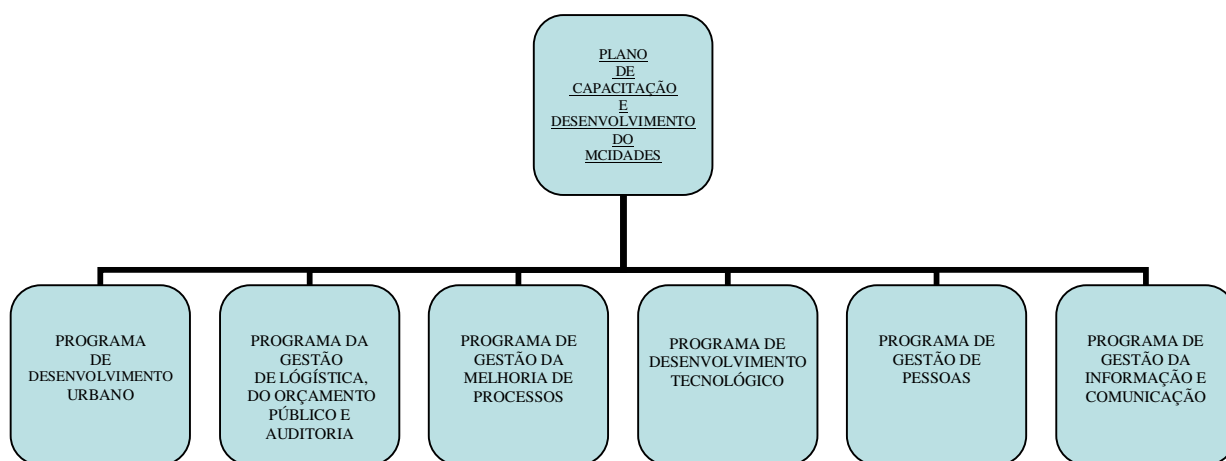
A meta fixada no Plano foi atingida, já que 62,17% dos servidores foram capacitados, o que corresponde a um total de 327 servidores, conforme quadro abaixo. No ano de 2008 foi empenhado na ação o total de R\$ 345.665,80.

Tabela 21 – QUADRO RESUMO DE SERVIDORES CAPACITADOS POR UNIDADE

Quantitativo de Servidores Capacitados e Carga Horária (dados de 31/12/2008)				
Unidade	Nº Serv. Na Unid.	Nº Serv. Capacit.	% de Serv. Cap. Na Unid.	Carga Horária
AECI	2	2	100,00	33
ASCOM	14	6	42,86	187
CONJUR	11	5	45,45	147
SE	38	14	36,84	521
GAB./SPOA	4	4	100,00	149
CGLOG	32	23	71,88	839
CGMI	18	12	66,67	1292
CGOF	15	12	80,00	767
CGPLAN	5	5	100,00	137
CGRH	31	16	51,61	885
DENATRAN	52	22	42,31	1017
SNH	92	72	78,26	3631
SNSA	91	38	41,76	1385
SNPU	44	29	65,91	1580
SNTMU	49	49	100,00	1802
ASPAR	6	5	83,33	63
SECONCID	6	6	100,00	162
ARI	1	1	100,00	88
GABINETE	15	6	40,00	134
TOTAL				
Nº Total de Serv.*	Nº Total de Servidores Capacitados.		% Total De Serv. Capacitados	Carga Horária Total
526	327		62,17	14819
*OBS: NA FORMULAÇÃO DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2008/2009, EM ABRIL DE 2008, HAVIAM 457 SERVIDORES NO MINISTÉRIO DAS CIDADES. A DIFERENÇA OBSERVADA NO NÚMERO TOTAL DEVE-SE À NOMEAÇÃO DE ANALISTAS E ESPECIALISTAS EM INFRA-ESTRUTURA NO FIM DO ANO DE 2008.				

Cabe informar que a diferença existente entre os dados do SIGPLAN e a quadro acima é que no SIGPLAN os dados estão demonstrados com o nº de capacitações e seus respectivos gastos, ou seja, há servidor que participou de mais de um evento de capacitação em meses distintos. Já o quadro acima os dados estão apresentados pelo nº de servidores capacitados independentemente do quantitativo de eventos que os mesmos participaram.

Conforme gráfico abaixo, o Plano de Capacitação e Desenvolvimento do MCidades estrutura suas ações de capacitação englobando seis programas.



O Programa de Desenvolvimento Urbano objetiva promover o desenvolvimento de competências individuais e coletivas sobre as políticas de Desenvolvimento Urbano a fim de atingir de forma efetiva os objetivos setoriais do Ministério e cumprir as ações do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. A política de desenvolvimento urbano é área de conhecimento do programa.

Síntese das melhorias levantadas no Programa de Desenvolvimento Urbano:

- Legislação: (Lei nº. 10.257/01, Lei nº. 11.445/07, Lei nº. 11.107/08);
- Desenvolvimento urbano, Estatuto das Cidades;
- Regularização urbanística e fundiária;
- Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Habitação de Interesse Social;
- Instrumentos tributários;
- Planejamento urbano;
- Gestão democrática das cidades;
- Cidade e meio ambiente;
- Função social das cidades;
- Financiamento do desenvolvimento urbano; e
- Políticas setoriais de habitação, saneamento, mobilidade e transportes.

Objetivos de capacitação do Programa de Desenvolvimento Urbano:

- Aplicar as leis nº. 10.257/01, 11.445/07 e 11.027/08;
- Empregar o Estatuto das Cidades nas ações da unidade;
- Analisar e propor soluções para questões de regularização fundiária e urbanística;
- Analisar e propor soluções utilizando instrumentos tributários;
- Gerir projetos, levando-se em conta a realidade de cada município;
- Agir segundo o conceito e a importância da gestão democrática;
- Propor ações de desenvolvimento urbano, observando a importância da preservação do meio ambiente;
- Agir segundo o conceito e a importância da função social das cidades;
- Identificar as formas de financiamento do desenvolvimento urbano e utilizar as que melhor atender os objetivos institucionais; e
- Propor soluções para questões das políticas setoriais de habitação, saneamento, mobilidade e transporte.

Eventos de capacitação e desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Urbano:

- Visitas técnicas nos municípios contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, seguidas de estudo de caso;
- Cursos presenciais e à distância na área de Desenvolvimento Urbano;
- Participação de palestras com especialistas na área de Desenvolvimento Urbano;

- Curso de Pós-Graduação (Latu e Stritu Senso) em Desenvolvimento Urbano; Políticas Públicas Urbanas e Habitacionais.
- Grupos formais de estudo sobre as políticas setoriais.

O Programa da Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria objetiva promover o desenvolvimento de competências individuais e coletivas sobre licitação, gestão orçamentária e financeira, prestação de contas e infraestrutura, a fim de racionalizar e efetivar os gastos públicos. São áreas de conhecimento do programa a economia, orçamento e finanças, a logística e a auditoria.

Síntese das melhorias levantadas no Programa da Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria:

- Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Contabilidade pública;
- Gestão financeira e orçamentária;
- Direito financeiro;
- Lei Orçamentária Anual, PPA, Lei nº 4.320/64;
- Classificação dos Gastos Públicos;
- Manual Técnico de Orçamento Público;
- Lei nº. 8.666/93; Lei nº. 8.987/95;
- Convênios Federais e Contratos Administrativos;
- Infra-estrutura, Administração Predial e Almoxarifado;
- Tomada de contas e prestação de contas;
- Auditoria e controle interno e;
- Política de Transferência de recursos de custeio.

Objetivos de capacitação do Programa da Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria:

- Aplicar a Lei de Diretrizes Orçamentárias com efetividade;
- Racionalizar e efetivar os gastos públicos;
- Analisar e propor soluções para questões que envolvem Gestão financeira e orçamentária;
- Analisar e propor soluções para questões que envolvem Direito financeiro;
- Aplicar com efetividade as Leis nº. 8.666/93, Lei nº. 8.987/95, Lei Orçamentária Anual, PPA, Lei nº 4.320/64;
- Atuar como gestor de contratos administrativos;
- Analisar e propor soluções para questões que envolvem Administração Predial, Almoxarifado e de Infra-estrutura.
- Aplicar com efetividade a legislação e as orientações sobre tomada de contas e prestação de contas; e
- Executar e acompanhar processos de tomada de contas, observando os procedimentos de controle interno e auditoria.

Eventos de capacitação e desenvolvimento do Programa da Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria:

- Cursos presenciais e introdutórios e cursos de atualização sobre alterações da legislação vigente;
- Parceria com outros órgãos públicos, a fim de conhecer novas práticas;
- Cursos presenciais ou à distância e grupos formais de estudo sobre a aplicabilidade dos temas no contexto do Ministério;
- Curso presencial de capacitação em gestão de contratos, promovido pela Escola de Administração Fazendária – ESAF ou Escola Nacional de Administração Pública – ENAP;
- Grupo de estudo e de discussão e;
- Visitas técnicas em outros órgãos públicos, a fim de conhecer novas práticas.

O Programa Gestão da Melhoria dos Processos objetiva aperfeiçoar os processos de trabalho por meio do desenvolvimento de competências de gestão e planejamento. O planejamento é a área de conhecimento do programa.

Síntese das melhorias previstas no Programa da Melhoria dos Processos:

- Formulação, implementação, gerenciamento e avaliação de projetos;
- Gestão pública e modelos de gestão;
- Gestão de melhoria dos processos;
- Planejamento estratégico de comunicação;
- Elaboração de relatórios gerenciais.

Objetivos de capacitação do Programa da Gestão da Melhoria dos Processos:

- Gerir projetos;
- Identificar e analisar os modelos de Gestão pública;
- Utilizar instrumentos de gestão de processos para melhorias das rotinas de trabalho;
- Formular o planejamento estratégico da área de comunicação;
- Elaborar relatórios gerenciais;
- Elaborar metas intermediárias. (Plano de Trabalho) com base nas metas institucionais.

Eventos de capacitação e desenvolvimento do Programa da Gestão da Melhoria dos Processos:

- Cursos presenciais sobre gestão de projetos com conteúdo voltado às necessidades internas;
- Oficinas temáticas com técnicos e gerentes a fim de diagnosticar as dificuldades dos processos e propor melhorias;
- Oficinas de instrumentação para identificação e definição de modelos de gestão;
- Oficinas de elaboração de relatórios;
- Grupos de estudo;
- Oficinas de Planejamento Estratégico;
- Oficinas de Elaboração de Plano de Trabalho;
- Oficina de Gestão de Desempenho;
- Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS).

O Programa Gestão da Informação e Comunicação objetiva promover o desenvolvimento de competências sobre a gestão da informação e comunicação, no intuito de otimizar o fluxo de informações e a comunicação interna e externa. São áreas de conhecimento do programa a gestão da informação e a comunicação.

Síntese das melhorias levantadas no Programa da Informação e Comunicação:

- Processo de arquivamento de informação;
- Protocolo, arquivo e biblioteca;
- Tramitação de documentos (CPROD e Arquivo);
- Levantamento e análise de fluxos documentais;
- Criação de protocolo setoriais;
- Organização de arquivos eletrônicos e físicos;
- Atendimento ao público: interno e externo;
- Fotografia;
- Língua estrangeira;
- Comunicação verbal;
- Organização e realização de eventos;
- Pesquisa institucional;
- Redação oficial e sua aplicabilidade;

- Secretariado executivo; e
- Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Objetivos de capacitação do Programa da Gestão da Informação e Comunicação:

- Aprimorar os processos de arquivamento de informação, sobre protocolo, arquivo e biblioteca;
- Propor soluções práticas e acessíveis para o arquivamento de informações
- Tramitar documentos utilizando o CPROD;
- Mapear fluxos documentais;
- Organizar arquivos eletrônicos e físicos;
- Atender ao público interno e externo satisfatoriamente;
- Utilizar técnicas de fotografia oficial;
- Dominar a expressão e compreensão oral e escrita de línguas estrangeiras;
- Aprimorar a comunicação verbal e articulação em público;
- Organizar e realizar eventos, com racionalização e efetividade dos gastos públicos;
- Produzir textos claros e objetivos utilizando as normas de Redação Oficial;
- Desempenhar as atribuições de secretária utilizando técnicas de secretariado executivo; e
- Aperfeiçoar os conhecimentos em Libras.

Eventos de capacitação e desenvolvimento do Programa da Gestão da Informação e Comunicação:

- Seminário “Ministério das Cidades gerindo suas informações”;
- Oficina – princípios básicos de tratamento documental, gestão de documentos e protocolo;
- Visitas técnicas em outros órgãos;
- Cursos presenciais;
- Seminários e Congressos;
- Oficina de produção de textos;
- Oficinas de revisão de textos; e
- Oficinas de instrumentação para conhecer técnicas de Secretariado Executivo.

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico objetiva promover o desenvolvimento de competências relativas à utilização e ao aperfeiçoamento das tecnologias de informação, dos sistemas informatizados do Governo Federal e dos aplicativos e sistemas internos, de forma efetiva. São áreas de conhecimento do Programa a informática - programação e tecnologia da informação, a informática - sistemas informatizados do Governo Federal e a informática - aplicativos e sistemas internos.

Síntese das melhorias levantadas no Programa de Desenvolvimento Tecnológico:

- Segurança da informação e programas de desenvolvimento de sistemas;
- Sistemas informatizados do governo e suas aplicabilidades;
- Geoprocessamento;
- Sistema de Informação Geográfica – SIG; e
- Pacote Office.

Objetivos de capacitação do Programa de Desenvolvimento Tecnológico:

- Identificar os modelos de segurança da informação e aplicá-los de acordo com a demanda do Ministério;
- Construir novos sistemas e aprimorá-los continuamente;
- Operar os sistemas: SIAFI, SIAPE e SIGPLAN de forma efetiva;
- Utilizar de forma efetiva os programas do pacote Office (Access, Excel, Word e Power Point);
- Operar de forma efetiva os sistemas de Geoprocessamento; e
- Operar de forma efetiva o sistema GeoSnic.

Eventos de capacitação e desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Tecnológico:

- Cursos presenciais e à distância;
- Oficinas de instrumentalização para monitoramento de programas;
- Oficina de instrumentalização e de aplicabilidade do GeoSnic;
- Treinamento sobre o pacote Office;
- Curso teórico e Oficinas de instrumentalização sobre desenvolvimento de sistemas; e
- Pós-graduação em Geoprocessamento.

O Programa Gestão de Pessoas objetiva promover o desenvolvimento de competências relacionais e de gestão de pessoas, a fim de integrar as pessoas, aprimorar o desempenho profissional e a satisfação no trabalho. São áreas de conhecimento do Programa a gestão de pessoas, a educação, a saúde e a ética.

Síntese das melhorias levantadas no Programa de Gestão de Pessoas:

- Leis nº. 8.112/90; Lei nº. 9.784/99; Decreto 5.707/06 e das normas internas sobre capacitação;
- Finalidade de capacitação;
- Elaboração de planos de capacitação;
- Avaliação de resultados de capacitação;
- Normatização das ações de capacitação;
- Métodos de aprendizagem;
- Tutoria;
- Tomada de decisões e iniciativa;
- Pontualidade e comprometimento no trabalho;
- Integração com a equipe e com as unidades do Ministério;
- Organização do espaço físico;
- Perícia médica, qualidade de vida no trabalho.

Objetivos de capacitação do Programa de Gestão de Pessoas:

- Aplicar a legislação relativa aos direitos e deveres do servidor;
- Aplicar a legislação relativa à capacitação;
- Gerir ações de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Ministério, observando a legislação específica, as diretrizes governamentais e os objetivos setoriais;
- Formular estratégias de integração das pessoas, e de melhoria no desempenho das atividades;
- Gerir as ações de qualidade de vida;
- Solucionar questões relativas à perícia médica, seguridade e benefícios do servidor; e
- Gerenciar equipes.

Eventos de capacitação e desenvolvimento do Programa de Gestão de Pessoas:

- Curso de curta duração/aperfeiçoamento – Oficina Prática sobre legislação de pessoal, - estudo de casos;
- Oficinas de integração e trabalho em equipe – encontros semanais, onde cada encontro aborda um tema;
- Workshop sobre liderança e gestão de pessoas;
- Workshop sobre motivação e criatividade no trabalho;
- Seminários, congressos e fóruns;
- Oficinas de instrumentalização para definição de ações de capacitação; e
- Visitas técnicas em outros órgãos.

2.3.1.1.8 Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Tabela 22– Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.
Descrição	Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional de ação	Magda Oliveira de Myron Cardoso
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais no âmbito do Ministério. Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério

A ação teve dotação de R\$ 25.885.451,00 e empenho no valor total de R\$ 24.713.512,07. Não há previsão de execução física na LOA (Lei Orçamentária Anual).

2.3.2 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 23 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Gerente executivo	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não há indicadores.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2.1 Principais Ações do Programa

2.3.2.1.1 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 24 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional de ação	Edna da Silva Amorin
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos.
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério.

A ação teve dotação de R\$ 1.523.107,00 e empenho no valor total de R\$ 1.522.197,08. Não há previsão de execução física na LOA (Lei Orçamentária Anual).

2.3.2.1.2 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tabela 25 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional de ação	Sebastiana Gonçalves Santos
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério.

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados da ação:

Tabela 26 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 133.560,00	R\$ 108.612,00	81,32
Física	265	217	81,89

Produto: pessoa beneficiada

2.3.2.1.3 Ação 2000 - Administração da Unidade

Tabela 27 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional de ação	Magda Oliveira de Myron Cardoso
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Propiciar aos órgãos, entidades vinculadas e às unidades administrativas integrantes do Ministério os meios capazes de permitir o controle do processo de execução orçamentária e financeira, possibilitando uma avaliação sistemática do emprego dos recursos, de acordo com o planejamento realizado. Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério

A ação teve dotação de R\$ 53.120.813,00 e empenho no valor total de R\$ 45.815.194,36. Não há previsão de execução física na LOA (Lei Orçamentária Anual).

2.3.2.1.4 Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tabela 28 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional de ação	Elacir Araújo de Carvalho
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério.

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados da ação:

Tabela 29 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 35.185,00	R\$ 32.746,50	93,06
Física	31	34	109,68

Produto: criança atendida

2.3.2.1.5 Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 30 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional de ação	Elacir Araújo de Carvalho
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério.

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados da ação:

Tabela 31 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 400.329,00	R\$ 374.838,65	93,63
Física	255	235	92,15

Produto: servidor beneficiado

2.3.2.1.6 Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 32 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional de ação	Elacir Araújo de Carvalho
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério.

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados da ação:

Tabela 33 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 750.850,00	R\$ 603.900,07	80,43
Física	345	330	95,65

Produto: servidor beneficiado

2.3.3 Programa 1136 – Fortalecimento da Gestão Urbana

Tabela 34 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	
Objetivos Específicos	Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.
Gerente do programa	Maria Tereza Saenz Surita Jucá
Gerente executivo	Daniel Todmann Montandon
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários; Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados; Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos; Taxa de Municípios Consorciados para Habitação; Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo; Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário.
Público-alvo (beneficiários)	Prefeituras municipais

2.3.3.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.1.1 Ação 8872 - Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano

Tabela 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar agentes públicos e sociais para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e desenvolver ações de apoio ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a implementação de sistemas de informação.

<p>Descrição</p>	<p>Apoio aos municípios realizado por meio de atividades de capacitação promovidas pelo Ministério das Cidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades que visem ao apoio à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais e de órgãos dos governos estaduais e federal; à formação de agentes sociais e conselheiros do Conselho das Cidades e de conselhos municipais e estaduais afetos à política urbana; à promoção do planejamento e da realização de cursos que divulguem experiências de participação e controle social e de metodologias desenvolvidas por instituições com experiência na área; à realização de seminários nos quais sejam discutidas as possibilidades e limites de operação de formas de gestão metropolitana ou intermunicipal; à prestação de assessoria ao desenvolvimento de planos, programas e ações locais, desde que a atividade se constitua também em promoção da formação das equipes locais; à divulgação de experiências bem-sucedidas de gestão municipal, de gestão compartilhada inter-municipal e das formas existentes de gestão de serviços urbanos operados pelos estados; à promoção da articulação dos programas e ações federais voltados para o desenvolvimento institucional dos municípios que abrangem as áreas de habitação, saneamento ambiental, legislação urbanística, planejamento do uso e ocupação do solo, regularização fundiária e mobilidade, transporte e trânsito, valorizando as competências de cada órgão e otimizando recursos; a publicação de editais para o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão universitária, com a possibilidade de concessão de bolsas de estudos (no âmbito nacional e internacional) para técnicos municipais e de órgãos dos governos estaduais e federal, agentes sociais e conselheiros do Conselho das Cidades e de conselhos municipais e estaduais afetos à política urbana; e à realização de atividades necessárias para subsidiar o programa, como a promoção de estudos específicos, publicação de livros e revistas e produção de material de divulgação. Pela abrangência territorial, a estratégia de capacitação visa atender a todos os municípios da Federação em atividades conjuntas, regionais ou nacionais.</p>
<p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</p>	<p>Ministério das Cidades</p>
<p>Coordenador nacional de ação</p>	<p>Elcione Diniz Macedo</p>
<p>Unidades executoras</p>	<p>Secretaria Executiva</p>
<p>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</p>	<p>Diretoria de Desenvolvimento Institucional</p>
<p>Competências institucionais requeridas para execução da ação</p>	<p>Coordenar o processo de modernização e capacitação institucional de estados, Distrito Federal e municípios, em articulação com as Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades e com o Gabinete do Ministro, realizando e apoiando atividades (cursos, projetos de extensão, oficinas, seminários, etc.) que visem capacitar agentes públicos e sociais, para implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, e empreender esforços junto ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a utilização e gestão de sistemas de informação.</p>

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos da ação:

Tabela 36 – Metas e resultados da ação no exercício 2008

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)
Financeira	R\$ 1.808.000,00	R\$ 1.808.000,00	100
Física	18.000	13.301	73,95

Produto: Pessoa capacitada

Tabela 37 – Principais Realizações (Atividades/Eventos)

Nº	DESCRIÇÃO DO EVENTO/ATIVIDADE/PRODUTO	COORDENAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIA/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACIDADES	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR EMPENHADO/PAGO(R\$)
1	Organização e execução de um curso de capacitação, sobre o aplicativo TerraViewCidades, com servidores públicos de 16 municípios que compõem a Mesorregião Geográfica do Marajó e 2 técnicos da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM, situado no Estado do Pará	Gerência de Capacitação e Gerência de Informação do Ministério das Cidades	Apresentar as funcionalidades básicas disponíveis nos aplicativos TerraView e TerraViewCidades; Apresentar o funcionamento do sistema de posicionamento GPS (Global Positioning System) e capacitar o aluno no manuseio do GPS de navegação para fins de posicionamento e coleta de dados; Introduzir ao aluno os princípios de carregamento, organização, manipulação e interpretação de informações territoriais utilizando Sistemas de Informações Geográficas (SIG's).	Servidores públicos de 16 municípios que compõem a Mesorregião Geográfica do Marajó e 2 técnicos da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM	18 a 22/02/2008	Cidade de Salvaterra/PA	Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM	24		R\$ 62.175,10
2	Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento das Cidades	A Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Confederação Nacional de Municípios, o Ministério das Cidades, a Prefeitura de Roma, UNESCO, UNHABITAT, UNDESA e UNIFEM foram os promotores da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades 2008.	Captar a diversidade de iniciativas de inovação e transformação social que vêm surgindo nos últimos anos, criando um ambiente de reflexão coletiva, de discussão e apresentação de experiências, que permita uma abordagem da temática do desenvolvimento de cidades de modo mais orgânico ou sistêmico, focalizando, para tanto, quatro grandes temas centrais: 1) Direito à Cidade (Políticas Locais sobre Direitos e Responsabilidades dos Cidadãos); 2) Governança e Democracia em Cidades (Experiências Inovadoras de Gestão e Participação Democrática); 3) Desenvolvimento Local em Cidades; e 4) Sustentabilidade e Cidade-Rede.	Gestores públicos (prefeitos, vereadores e operadores de políticas públicas), acadêmicos e especialistas, lideranças comunitárias e, enfim, a todos os promotores governamentais, empresariais e sociais de experiências de participação democrática focalizadas em territorialidades urbanas e voltadas para a indução do desenvolvimento local em cidades.	13 a 16/02/2008	Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil,	A Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Confederação Nacional de Municípios, o Ministério das Cidades, a Prefeitura de Roma, UNESCO, UNHABITAT, UNDESA e UNIFEM foram os promotores da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades 2008.	7.000		R\$ 150.666,00
3	Seminário da Cooperação Brasil-França para o Desenvolvimento Urbano: "Operações Urbanas Consorciadas"	Ministério das Cidades (Secretaria Nacional de Programas Urbanos e Gerência de Capacitação, no âmbito do PNCC, Caixa e a Cooperação Francesa – Programa Cidade Brasil – nos municípios selecionados.	Capacitação o corpo técnico dos Governos Federal, Estadual e Municipal e da Caixa na utilização das operações urbanas consorciadas como instrumento de reabilitação de áreas urbanas centrais, a partir de uma troca de experiências entre consultores e técnicos brasileiros e franceses, a fim de disseminar informações e promover o desenvolvimento institucional a nível federal e local, dotando o corpo técnico de condições de desenvolverem e implementarem, no âmbito de suas atribuições, as operações urbanas consorciadas, transferindo e adaptando metodologias e experiências francesas operacionais, técnicas e financeiras ligadas ao tema.	Corpo técnico dos Governos Federal, Estadual e Municipal e da Caixa	31 de março a 2 de abril de 2008	Elo Horizonte/MG	Caixa e a Cooperação Francesa – Programa Cidade Brasil – nos municípios selecionados.	107		R\$ 7.305,39

Nº	DESCRIÇÃO DO EVENTO/ATIVIDADE/PRODUTO	COORDENAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIA/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACIDADES	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR EMPENHADO/PAG O(R\$)
4	8 Oficinas Estaduais de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA do Ministério das Cidades (no âmbito do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento).	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o PEAMSS como referência orientadora de educação ambiental e mobilização social associada aos investimentos federais no setor de saneamento; • Estimular os atores sociais envolvidos a se organizarem para atuar no desenvolvimento de ações que desencadeiem a participação e o controle social necessários à elaboração dos planos de saneamento em seus municípios; • Validar o Caderno Metodológico como instrumento pedagógico do Programa; 	Responsáveis ou envolvidos na/pela elaboração de projetos socioambientais relacionados a intervenções de saneamento. Representantes LOCAIS/REGIONAIS de: Coletivos educadores (instituições de formação)/Universidades/ CIEA; restadores de serviço de saneamento (incluindo municípios integrantes do Projeto COM + AGUA do PMSS); Técnicos e dirigentes de Prefeituras contempladas com recursos do PAC; Técnicos e dirigentes de municípios integrantes do PASS/BID.	24 e 25/04/08; 29 e 30/04; 08 e 09/05/08; 20 e 21/05/08; 24 e 25/06/08; 10 e 11/06/08; 19 e 20/6/08; 3 e 4/07/08	Salvador, Brasília, Belém; Fortaleza; São Paulo; Belo Horizonte, Jonville e Rio de Janeiro	Gerência de Capacitação do Ministério das Cidades (Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC)	320		R\$ 13.092,16
5	XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios: "A Visão dos Municípios Sobre o Pacto Federativo (Marcha dos Prefeitos)	Confederação Nacional dos Municípios - CNM	Debater sobre os assuntos de interesse dos municípios e é uma mobilização que visa oportunizar experiências e discutir sobre os mais diversos temas que impactam na gestão municipal. Durante o evento é apresentada a pauta de reivindicações e, com base nessa, procura-se alinhar as diretrizes de discussão com os demais entes federados da União para que o movimento municipalista consiga ter atendidas suas propostas.	Autonidades Locais; Governo Federal; Convidados Internacionais; Secretários / Técnicos Municipais; Vereadores; Prefeitos de cidades brasileiras; Prefeitos de cidades do exterior; Demais participantes	14 a 17 de abril de 2008	Blue Tree Park Hotel, em Brasília/DF	Ministério das Cidades; Caixa, Banco do Brasil; Sebrae, Petróbras	2.979		R\$ 316.030,13
6	Duas Oficinas de Tributação Imobiliária: I - Oficina de Apoio Técnico às Questões Cadastrais II - Oficina de Apoio Técnico a Questões relativas à Avaliação em Massa de Imóveis para Fins Fiscais	Gerência de Capacitação do Ministério das Cidades (Programa Nacional de Capacitação das Cidades), Lincoln Institute of Policy no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária	Oficina I: Oferecer um fórum técnico para debater temas relacionados ao cadastro territorial multifinalitário, tendo em vista a gestão fiscal e urbana das cidades e contribuir para melhorar a tomada de decisão quanto a questões cadastrais. Oficina II: Oferecer um fórum técnico para debater temas relacionados à avaliação de imóveis para fins tributários, visando contribuir para melhorar a tomada de decisão quanto as práticas e procedimentos avaliatórios empregados pelos municípios.	Administradores públicos, gestores e técnicos municipais em tributação imobiliária e avaliação de imóveis, peritos judiciais planejadores urbanos e/ou ambientais; formuladores de políticas territoriais e fiscais, agentes sociais, cartógrafos, agimenseiros, especialistas em sistemas de informação e demais profissionais que atuem em funções relacionadas ao cadastro urbano; avaliadores de imóveis para fins públicos; e acadêmicos que desenvolvam atividades em áreas afins	5 a 8 de agosto de 2008	Hotel Grand Bittar - Brasília/DF	SOBREA - Sociedade Brasileira de Engenharia de Avaliações e Caixa Econômica Federal	85		R\$ 40.118,67

Nº	DESCRIÇÃO DO EVENTO/ATIVIDADE/PRODUTO	COORDENAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIA/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACIDADES	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR EMPENHADO/PAGO(R\$)
7	1º Curso de Educação Ambiental do Riacho Fundo II	Associação Pró-Morar do Movimento Vida de Samambaia - anmvs	Desenvolver junto aos futuros moradores do Riacho Fundo II a interação para conservação e a melhoria do meio ambiente local	5.500 famílias que fazem partes das 206 associações e cooperativas que são coordenadas pela AMMVS.	09, 10, 16, 17, 23, 24, 30,31 de agosto de 2008 e; 13 de setembro de 2008	SEST/SENAT - Samambaia – DF	Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Ministério do Meio Ambiente, SEDUMA - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Universidade de Brasília - UNE, Fórum das ONGs Ambientalistas e outros	2.700		R\$ 52.239,78
8	Edição de imagens para a elaboração de um vídeo/DVD de 20 minutos de duração - do Módulo Básico do PNCC, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com base em materiais colhidos nos seminários do PNCC	Gerência de Capacitação do Ministério das Cidades (âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades)	Ter um produto em mídia que sintetize e apresente, nas atividades de capacitação de técnicos municipais, agentes sociais, técnicos das gerências da GIDUR da Caixa e de outras instituições municipais, estaduais e federais, "todas as técnicas e políticas objeto de atividades de capacitação dentro de uma visão de desenvolvimento urbano que articule as políticas de saneamento ambiental, transporte, trânsito e mobilidade urbana, habitação, regularização fundiária e planejamento territorial urbano" e demais programas e atividades desenvolvidos no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, de forma a valorizar as abordagens holísticas e a reflexão crítica sobre as questões urbanas.	Técnicos municipais, agentes sociais, técnicos das gerências da GIDUR da Caixa e de outras instituições municipais, estaduais e federais	Elaboração em andamento - Será finalizado no 1º semestre de 2009			1	R\$ 191.993,76	
9	Edição de dois vídeos/DVD's com 120 minutos de duração (cada), sobre duas Oficinas de Tributação Imobiliária (Oficina de Apoio Técnico às Questões Cadastrais; e Oficina de Apoio Técnico a Questões relativas à Avaliação em Massa de Imóveis para Fins Fiscais). Oficinas realizadas no período de 5 a 8/08/2008, em Brasília/DF.	Gerência de Capacitação do Ministério das Cidades e Lincoln Institute of Policy, no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária	Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária ter um produto, em mídia, para distribuição, que sintetize e apresente as atividades e experiências das duas oficinas que serviram como modelo de implementação do referido Programa, cujo objetivo consiste em apoiar à ação fiscal em tributação imobiliária no Brasil, absorvendo a preocupação com a gestão territorial assim como incluindo na pauta temas relacionados à aplicação de instrumentos regulatórios previstos no Estatuto das Cidades.	Administradores, servidores públicos e representantes de entidades governamentais; Representantes de organizações e associações que trabalhem com temas municipais; Formuladores de políticas territoriais e fiscais; Especialistas em tributação imobiliária; e - Agentes sociais.	Elaboração em andamento - Será finalizado no 1º semestre de 2009			2	R\$ 46.676,24	

Nº	DESCRIÇÃO DO EVENTO/ATIVIDADE/PRODUTO	COORDENAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIA/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACIDADES	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR EMPENHADO/PAGO(R\$)
10	Confecção de 6.000 bolsas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC	Gerência de Capacitação do MCidades (no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC)	Distribuir juntamente com o Kit GEO SNIC no Encontro Nacional de Prefeitos e Preeitas, que será realizado em Brasília/DF, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009.	Prefeitos e Preeitas municipais eleitos nas eleições de 2008		Serão distribuídas no Centro de Convenções Ulisses Guimarães em Brasília/DF (10 e 1/02/09)			6.000	R\$ 58.200,00
11	Oficina: A Intersetorialidade das Políticas Públicas na Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos	Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades	Capacitar o corpo técnico Estadual e Municipal, bem como membros que constituem o ConCidades/AM e lideranças sociais promovendo a difusão de conhecimentos sobre os principais eixos norteadores para mediação de conflitos fundiários urbanos, a partir da troca de experiências entre consultores e técnicos a fim de promover o desenvolvimento institucional	70 pessoas, sendo trinta (30) membros de Instituições, oito (8) membros do Conselho Estadual das Cidades e trinta e dois (32) membros dos Movimentos Sociais e demais movimentos interessados	12 e 13 de novembro de 2008	Manaus/AM	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC e Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares do Amazonas - SEARP	70		R\$ 12.751,64
12	Reprodução de dois vídeos/DVD's com 120 minutos de duração (cada), sobre duas Oficinas de Tributação Imobiliária (Oficina de Apoio Técnico às Questões Cadastrais; e Oficina de Apoio Técnico a Questões relativas à Avaliação em Massa de Imóveis para Fins Fiscais). Oficinas realizadas no período de 5 a 8/08/2008, em Brasília/DF.	Gerência de Capacitação do MCidades (no âmbito dos Programas Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC)	Distribuição nas atividades de capacitação, no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária.	Administradores, servidores públicos e representantes de entidades governamentais; Representantes de organizações e associações que trabalham com temas municipais; Formuladores de políticas territoriais e fiscais; Especialistas em tributação imobiliária; e - Agentes sociais.	em andamento - será finalizado ainda no 1º Semestre de 2009	Brasília/DF	SOBREA - Sociedade Brasileira de Engenharia de Avaliações e Caixa Econômica Federal		2.000	R\$ 29.120,00
13	Diagramação e impressão de dois livros sobre duas Oficinas de Tributação Imobiliária (Oficina de Apoio Técnico às Questões Cadastrais; e Oficina de Apoio Técnico a Questões relativas à Avaliação em Massa de Imóveis para Fins Fiscais). Oficinas realizadas no período de 5 a 8/08/2008, em Brasília/DF.	Gerência de Capacitação do MCidades (no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC) e Lincoln Institute of Policy	Distribuição nas atividades de capacitação, no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária.	Administradores, servidores públicos e representantes de entidades governamentais; Representantes de organizações e associações que trabalhem com temas municipais; Formuladores de políticas territoriais e fiscais; Especialistas em tributação imobiliária; e - Agentes sociais.	em andamento - será finalizado ainda no 1º Semestre de 2009	Brasília/DF	SOBREA - Sociedade Brasileira de Engenharia de Avaliações e Caixa Econômica Federal		2.000	R\$ 21.021,00

Nº	DESCRIÇÃO DO EVENTO/ATIVIDADE/PRODUTO	COORDENAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCERIA/APOIO	Nº DE PARTICIPANTES/CAPACIDADES	QT. PRODUTO/SERVIÇO	VALOR EMPENHADO/PAGO(R\$)
14	Seminário "Experiências de Capacitação PROEXT MEC/Cidades – SNIC".	Gerência de Capacitação do MCidades (no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC)	<ul style="list-style-type: none"> □ Apresentação e avaliação dos 16 (dezesseis) projetos desenvolvidos no âmbito do Edital PROEXT MEC/Cidades 01/2007; □ Procedimentos de acompanhamento e avaliação dos 17 (dezessete) projetos aprovados pelo Edital PROEXT MEC/CIDADES 01/2008; □ Apresentação do Sistema Nacional de Informações das Cidades para os coordenadores dos novos projetos; □ Convocatória do Ministério para a participação dos técnicos municipais nas atividades a serem promovidas pelas universidades dos novos projetos. 	Coordenadores e/ou representantes dos projetos finalizados e aprovados nos editais PROEXT MEC/Cidades n°s 01/ 2007 e 01/ 2008, respectivamente	15 e 16 de dezembro de 2008	Brasília/DF	Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Educação Superior – SESU	26		R\$ 22.867,47
15	8º Congresso Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Fórum Social Mundial, a ser realizado pela Sociedade de Apoio à Moradia - SAM	Sociedade de Apoio à Moradia e pela Cooperativa Habitacional da Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eleger a nova Coordenação Nacional; ▪ Formular diretrizes da política do Movimento Nacional de Luta pela Moradia; ▪ Estabelecer a interligação entre os Coletivos Estaduais • Participação, articulação e unificação das entidades nacionais e internacionais que discutem e apoiam as lutas pela reforma urbana. 	Todas os delegados eleitos nos Encontros Estaduais, devidamente indicados e homologados nestes processos e etapas, militantes e dirigentes de todas as estâncias orgânicas do MNLM e : Delegações das 04 entidades nacionais da reforma urbana.	23 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009	Belém/PA	Ministério das Cidades	Este evento foi planejado (empenhado) em 2008. Só será realizado em janeiro de 2009.		R\$ 783.742,66
TOTAL								13.311	10.003	R\$ 1.808.000,00

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Evolução de Gastos Gerais

Buscou-se resultados efetivos considerando a eficiência e eficácia aos seus objetivos, com contratações necessárias e previstas, a custos economicamente viáveis para aquisições de diversos materiais e contratações de diversos serviços, nos tempos mais curtos possíveis e com otimização de recursos, com a finalidade precípua de agilizar e dar condições logística para a execução dos projetos destinados às Unidades integrantes do MCidades.

Tabela 38 – Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	1.271.770,01	554.409,86	996.609,89
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	657.031,59	200.419,17	335.417,94
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	17.277.324,46	16.809.054,78	18.035.166,40
3.1. Publicidade	130,00	376.758,23	216.966,58
3.3. Tecnologia da informação	1.634.224,85	2.176.533,17	2.194.942,17
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	0,00	0,00	0,00
3.4. Outros Terceirizações	15.637.594,44	14.250.677,11	15.616.843,51
3.5. Suprimento de fundos	7.409,17	11.046,77	8.631,98
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	7.409,17	11.046,77	8.631,98
TOTAIS	19.208.160,06	17.563.883,81	19.367.194,23

Ressalta-se que todas as licitações foram realizadas em conformidade com os princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, a fim de alcançar a melhor contratação para este órgão.

2.4.1.1 Da Dotação Orçamentária

O Ministério das Cidades foi contemplado na Lei Orçamentária Anual para o Exercício 2008 e seus créditos adicionais com uma dotação orçamentária de R\$ 9.178.338.285,00 (nove bilhões, cento e setenta e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e cinco reais). Deste montante, R\$ 3,7 bilhões correspondem a despesas discricionárias, R\$ 1,8 bilhão ao Programa de Aceleração do Crescimento, R\$ 2,3 bilhões representam despesas com Projeto-Piloto de Investimentos, R\$ 246,4 milhões são relacionados a despesas com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 36,7 milhões para o pagamento de benefícios a servidores e empregados, R\$ 147,8 milhões foram previstos para despesas com Dívida Interna e Externa, R\$ 139,9 milhões para Sentenças Judiciais, R\$ 178,8 milhões para créditos extraordinários abertos no exercício 2008 e R\$ 450 milhões reservados para o Programa de Subsídio à Habitação.

Conforme se observa no Quadro Geral de Orçamento, o Ministério teve um limite para empenho de R\$ 7,2 bilhões e empenhou 7,1 bilhões, representando uma execução orçamentária total de R\$ 98,6%.

Tabela 39 – Quadro Geral Orçamentário 2008

Em R\$ 1,00

Tipo de Despesa	Dotação Autorizada	Limite	Empenhos
<i>Despesas Discricionárias</i>	3.755.863.847	2.165.668.298	2.151.554.543
<i>PAC</i>	1.830.217.909	1.778.066.881	1.771.167.891
<i>PPI</i>	2.275.780.897	2.274.574.424	2.274.573.626
<i>Créditos Extraordinários</i>	178.795.341	178.400.630	171.730.390
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	246.413.765	246.413.765	237.350.011
<i>Benefícios</i>	36.774.609	36.574.782	36.042.214
<i>Dívida Interna e Externa</i>	147.880.534	147.880.534	110.333.625
<i>Sentença Judicial</i>	139.972.986	139.972.986	138.643.930
<i>PSH</i>	450.000.000	247.645.000	247.645.000
<i>Reserva de Contingência</i>	116.638.397	0	0
Total:	9.178.338.285	7.215.197.300	7.139.041.230

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 - Despesas Discricionárias

O Decreto nº 6.439/2008 (e alterações posteriores) estabeleceu limites para movimentação e empenho das despesas discricionárias, no valor de R\$ 2,165 bilhões para o Ministério das Cidades, que realizou empenhos da ordem de R\$ 2,151 bilhões, representando 99,3% do limite autorizado.

O limite para movimentação e empenho foi distribuído pelas unidades orçamentárias do Ministério conforme o Quadro das Despesas Discricionárias. Observa-se que neste tipo de despesa destaca-se a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, no montante de R\$ 1,7 bilhão.

Tabela 40 – Despesas Discricionárias

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Dotação Autorizada	Limite Autorizado	Empenhos Emitidos
56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES	3.063.745.820	1.752.358.363	1.739.464.007
<i>56201 – TRESURB</i>	80.720.734	80.720.098	80.638.109
<i>56202 – CBTU</i>	182.660.352	148.562.184	147.424.774
<i>56901 – FUNSET</i>	310.110.002	122.974.759	122.974.759
<i>56902 – FNHIS</i>	118.626.939	61.052.893	61.052.893
Total:	3.755.863.847	2.165.668.298	2.151.554.542

2.4.1.3 Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

O PAC é mais que um programa de expansão do crescimento. Ele é um novo conceito de investimento em infraestrutura que, aliado as medidas econômicas, vai estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. O Ministério das Cidades foi contemplado no exercício de 2008 com cerca de R\$ 4,1 bilhões para obras do PAC, nas áreas de habitação, saneamento e transporte urbano. Deste total, cerca de R\$ 2,3 bilhões, estão vinculados ao

Projeto-Piloto de Investimentos – PPI. O Ministério executou a quase totalidade da dotação autorizada para o PAC, conforme se observa nos quadros abaixo:

Tabela 41 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC/DEMAIS

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Ações	Dotação Autorizada	Limite autorizado	Empenhos Emitidos
MINISTERIO DAS CIDADES	APOIO A ELABORACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO EM MUNICIPIOS	3.683.200	3.683.200	3.683.200
	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL)	2.626.401	2.626.401	2.626.401
	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS	932.649.458	932.649.455	932.475.387
	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	645.372.823	645.372.823	645.339.361
	APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEIS E DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	61.001.087	61.001.087	61.001.087
	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS	45.000.000	44.945.361	44.639.761
	APOIO A ELABORACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO EM MUNICIPIOS	16.102.972	16.102.723	12.379.630
	ESTUDOS PARA ELABORACAO DE PLANOS DIRETORES INTEGRADOS DE MOBILIDADE URBANA	14.200.000	14.200.000	14.200.000
Total:		1.720.635.941	1.720.581.050	1.716.344.827
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS	12.389.800	12.389.800	12.389.800
	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SI	11.000.000	11.000.000	11.000.000
	ELABORACAO DE PROJETOS DA LINHA 2 DO SISTEMA DE TRENS URBANO	1.750.000	0	0
	CORRECAO E VEDACAO DA FAIXA DE DOMINIO DO TRECHO BARREIRO -	11.586.168	0	0
	IMPLANTACAO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS	42.856.000	4.400.000	1.853.204
Total:		79.581.968	27.789.800	25.243.004
FNHIS	APOIO A ELABORACAO DE PLANOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL	30.000.000	29.696.031	29.580.060
Total:		30.000.000	29.696.031	29.580.060
Total Geral:		1.830.217.909	1.778.066.881	1.771.167.891

Fonte: SIAFI

2.4.1.4 Projeto-Piloto de Investimentos

As ações do Ministério das Cidades constantes do Projeto-Piloto de Investimentos estão relacionadas no quadro abaixo. Observa-se que houve uma execução orçamentária próxima de 100% da dotação autorizada.

Tabela 42 – Projeto Piloto de Investimentos

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC/PPI

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Ações	Dotação Autorizada	Limite autorizado	Empenhos Emitidos
MINISTERIO DAS CIDADES	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE R	3.036.071	3.036.071	3.036.071
	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAM	6.760.524	6.760.524	6.760.524
	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS	272.244.533	272.244.532	272.244.530
	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE R	334.879.025	334.875.535	334.709.158
	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICI	8.621.198	8.621.198	8.618.198
	ELABORACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO NAS BACIAS RECEPTORAS	54.796	54.796	53.502
	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE R	576.096.851	576.096.851	575.495.489
	APOIO A ELABORACAO DE ESTUDOS E IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE	10.000.000	10.000.000	9.971.100
Total:		1.211.692.998	1.211.689.507	1.210.888.571
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU	APOIO A IMPLANTACAO DO TRECHO LAPA-PIRAJA DO SISTEMA DE TREN	108.180.000	108.180.000	108.180.000
	APOIO A IMPLANTACAO DO TRECHO SUL VILA DAS FLORES-JOAO FELIP	104.559.495	104.163.500	104.163.500
	APOIO A MODERNIZACAO DO TRECHO CALCADA-PARIPE DO SISTEMA DE	16.958.505	16.958.505	16.958.505
	APOIO A MODERNIZACAO DO TRECHO OESTE JOAO FELIPE - CAUCAIA D	20.000.000	20.000.000	20.000.000
	IMPLANTACAO DO TRECHO TIP-TIMBI E MODERNIZACAO DO TRECHO ROD	90.000.000	90.000.000	89.999.202
Total:		339.698.000	339.302.005	339.301.207
FUNDO NAC.DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL-FNHIS	APOIO A MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAM	331.477.600	331.477.600	331.471.552
	APOIO A PROVISAO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL	392.912.299	392.912.299	392.912.296
Total:		724.389.899	724.389.299	724.383.847
Total Geral		2.275.780.897	2.275.380.811	2.274.573.626

Fonte: SIAFI

2.4.1.5. Pessoal e Encargos Sociais

Com a finalidade de atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, foram fixados R\$ 246,4 milhões no Orçamento do Ministério das Cidades. Deste total, R\$ 22,9 milhões foram destinados à Administração Direta, R\$ 70,6 milhões alocados na Trensurb e R\$ 152,9 milhões vinculados à CBTU. A execução orçamentária destas despesas alcançou o montante de R\$ 237,3 milhões no Ministério.

Tabela 43 – Pessoal e Encargos Sociais

Pessoal e Encargos Sociais

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Dotação Autorizada	Limite Autorizado	Empenhos Emitidos
56101 Ministério das Cidades	22.883.926	22.883.926	22.883.016
56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	70.568.882	70.568.882	67.769.432
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	152.960.957	152.960.957	146.697.563
Total:	246.413.765	246.413.765	237.350.011

Fonte: SIAFI

2.4.1.6. Dívida Interna e Externa

A dotação autorizada para o pagamento das dívidas interna e externa de responsabilidade do Ministério foi de R\$ 147,9 milhões. O Ministério das Cidades empenhou R\$ 110,3 milhões para o pagamento destas despesas. A dotação orçamentária ficou estimada acima das necessidades do Ministério em função da variação cambial ocorrida entre o encaminhamento da Proposta Orçamentária (agosto de 2007) e a efetiva execução (durante o exercício 2008).

Tabela 44 – Dívida Externa

Dívida Interna e Externa

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Ações	Dotação Autorizada	Limite Autorizado	Empenhos Emitidos
Ministério das cidades	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	41.584.318	41.584.318	29.502.518
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	29.833.216	29.833.216	28.960.670
	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	76.463.000	76.463.000	51.870.436
Total:		147.880.534	147.880.534	110.333.625

Fonte: SIAFI

2.4.1.7. Sentenças Judiciais

Foram fixados R\$ 139,9 milhões para o pagamento de sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. Deste montante, foram empenhados R\$ 138,6 milhões, sendo R\$ 26,5 milhões na Trensurb e R\$ 112,1 milhões na CBTU.

Tabela 45 – Sentenças Judiciais

Sentenças Judiciais			Em R\$ 1,00
Unidade Orçamentária	Dotação Autorizada	Limite Autorizado	Empenhos Emitidos
56201 – TRENSURB	26.831.595	26.831.595	26.487.414
<i>Divida Trabalhista</i>	26.531.308	26.531.308	26.306.481
<i>Divida Cível</i>	300.287	300.287	180.934
56202 – CBTU	113.141.391	113.141.391	112.156.516
<i>Divida Trabalhista</i>	40.166.142	40.166.142	40.165.768
<i>Divida Cível</i>	72.975.249	72.975.249	71.990.748
Total:	139.972.986	139.972.986	138.643.930

Fonte: SIAFI

2.4.1.8. Créditos Extraordinários

Foram abertos créditos extraordinários no montante de R\$ 178,8 milhões (exceto os créditos extraordinários do PAC), tendo sido executados cerca de R\$ 171,7 milhões, o que representa uma execução da ordem de 96,2% do valor autorizado.

Tabela 46 – Créditos Extraordinários

Créditos Extraordinários				Em R\$ 1,00
Unidade Orçamentária	Ações	Dotação Autorizada	Limite Autorizado	Empenhos Emitidos
Ministério das Cidades	<i>Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte coletivo Urbano</i>	166.400	0	0
	<i>Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano</i>	35.110.070	34.881.759	34.117.187
	<i>Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos em Estados e Municípios</i>	35.000.000	35.000.000	30.000.000
	<i>Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Estados e Municípios</i>	7.248.420	7.248.420	7.236.020
	<i>Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano</i>	78.625.000	78.625.000	78.625.000
	<i>Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento</i>	22.645.451	22.645.451	21.752.183
Total:		178.795.341	178.400.630	171.730.390

Fonte: SIAFI

2.4.1.9. Operações Oficiais de Crédito

O Programa de Subsídio Habitacional – PSH é classificado com Operação Oficial de Crédito. Para este Programa, foram fixados R\$ 450 milhões na Lei Orçamentária Anual, tendo sido empenhados R\$ 247,6 milhões. O Programa de Subsídio Habitacional – PSH também está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Tabela 47 – Operações Oficiais de Crédito

Programa de Subsídio Habitacional - PSH

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Ações	Dotação Autorizada	Limite	Empenhos
Rec.S/Sup.do Fundo Nac.Hab.de Int.Soc.FNHIS	Subsídio a Habitação de Interesse Social (Lei N° 10.998)	450.000.000	247.645.000	247.645.000
Total:		450.000.000	247.645.000	247.645.000

Fonte: SIAFI

2.4.2. Da Execução Financeira

A Coordenação de Finanças do Ministério das Cidades, é responsável pelo planejamento e controle das atividades financeiras, como a programação e execução de todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Ministério, encaminhadas mensalmente a Coordenação, onde são ajustadas conforme o Cronograma estabelecido em Lei/Portaria Interministerial e atendidas mediante liberação do Tesouro Nacional.

Os limites mensais para pagamento, estabelecidos conforme **Decreto nº 6.439, de 22/04/08 e Portaria Interministerial nº 88, de 29/04/08, alterada pela Portaria Interministerial nº 240, de 30/07/08**, foram descentralizados de acordo com os valores previstos em cada anexo, para atender as demandas do Ministério, conforme demonstrativos abaixo:

Tabela 48 – Limites Mensais para Aplicações

DECRETO nº 6.439, de 22/04/08. PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 88/240					Em R\$ 1,00
ANEXOS	LIMITE AUTORIZADO + AMPLIAÇÕES	PAGAMENTO EFETUADO+DESTAQUE UES+OB'S 30 E 31/12/2008	SALDO DO LIMITE DO DECRETO	SALDO DO LIMITE A RECEBER	SALDO LIMITE SAQUE EM 31/12/08
VII	2.318.282.000	1.956.238.803	352.043.197	252.939.711	109.103.486
VIII – Recursos Próprio	183.923.000	179.622.516	4.300.484	0,00	183.923.000
IX	0,00	0,00	0,00	0,00	240.238
TOTAL:	2.502.205.000	2.135.861.319	356.343.681	252.939.711	293.266.724

FONTE: SIAFI

* O saldo do limite do decreto trata-se do limite autorizado + ampliações menos o pagamento efetuado, e o saldo do limite a receber trata-se do saldo do limite de crédito menos o limite de saque em 31/12/08.

Os valores dos **RESTOS A PAGAR** inscritos no exercício de 2008, somam o montante de R\$ 5.165.454.652,73 (cinco bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos), incluindo o processado (R\$ 45.193.315,95) e não processado (R\$ 5.120.261.336,78), o qual supera o total do limite para pagamento do exercício e RP, previsto no Decreto acima mencionado.

O financeiro relativo ao **Crédito Extraordinário** recebido no exercício 2008 totaliza o montante de R\$ 823.527.055,70, (oitocentos e vinte e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cinquenta e cinco reais e setenta centavos), incluindo os restos a pagar inscritos.

Tabela 49 – Crédito Extraordinário

Em R\$ 1,00

UG EXECUTORA	FINACEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
175004	184.384.329	147.297.660	37.086.669
275057	75.643	75.643	0,00
275068	248.725.245	248.261.236	464.009
275078	190.000	190.000	0,00
275060	433.727	346.605	87.122
560003	5.072.986	0,00	5.072.986
560010	20.271.515	19.536.428	735.087
560018	364.373.611	296.168.628	68.204.986
TOTAL:	823.527.056	711.876.200	111.650.856

FONTE: SIAFI

Para atender as demandas do **Projeto Piloto de Investimento – PPI**, o Ministério recebeu financeiro no total de R\$ 811.207.286,59(oitocentos e onze milhões, duzentos e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), incluindo os Restos a Pagar Inscritos.

Tabela 50 – PPI – Projeto Piloto de Investimento

Em R\$ 1,00

UG EXECUTORA	FINACEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
175004	319.732.019	315.924.176	3.807.843
275057	15.956.486	15.093.846	862.640
275058	6.523.009	5.703.615	819.398
275068	159.464.172	103.297.885	56.166.287
275176	68.201.505	68.201.505	0,00
275177	8.279.941	8.279.941	0,00
275576	4.519.774	4.519.774	0,00
560003	40.707.229	0,00	40.707.229
560010	120.970	120.970	0,00
560018	187.702.179	182.751.258	4.950.922
TOTAL:	811.207.287	703.892.967	107.314.320

FONTE: SIAFI

O financeiro relativo ao **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**, recebido no exercício 2008, foi no montante de R\$ 2.748.939.488,57(dois bilhões, setecentos e quarenta e oito

milhões, novecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), incluindo os restos a pagar inscritos;

Tabela 51 – PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Em R\$ 1,00

UG EXECUTORA	FINACEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
175004	2.671.621.837	2.644.366.705	27.255.128
275057	869.089	854.323	14.766
275068	15.786.703	14.505.104	1.281.599
560003	30.421.835	0,00	30.421.835
560010	2.259.357	1.709.133	550.224
560018	27.980.671	27.584.863	395.808
TOTAL:	2.748.939.489	2.689.020.128	59.919.361

FONTE: SIAFI

O financeiro relativo ao Recurso Ação Civil Pública – 2005.61.11.003868-9 FUNSET, recebido no exercício 2008, é de R\$ 348.612.767,14 (trezentos e quarenta e oito bilhões, seiscentos e doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil e quatorze centavos).

Em 17 de janeiro de 2007, foi confirmada a decisão liminar de 2005 em que a União deveria repassar ao Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito - FUNSET e ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito, o saldo total dos recursos da fonte 174020172 516 – Ação Civil Pública que se refere a 5% das multas de trânsito, que terão sua aplicação, efetivamente, em programas de prevenção de acidentes e projetos de educação e segurança no trânsito.

A Setorial Financeira recebe o financeiro da COFIN e repassa para a unidade gestora 200320 – FUNSET sob forma de bloqueio, uma vez que não existe previsão orçamentária e o valor estar dentro da reserva de contingência do Governo Federal.

Tabela 52 – Ação Civil Pública

Em R\$ 1,00

UG EXECUTORA	FINACEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
200320	348.612.767	0,00	348.612.767
TOTAL:	348.612.767	0,00	348.612.767

FONTE: SIAFI

O Ministério recebeu o total de R\$ 332.162.205,85 (trezentos e trinta e dois milhões, cento e sessenta e dois mil, duzentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos) para despesas com o **Programa de Subsídio Habitação de Interesse Social - PSH**.

Tabela 53 – PSH – Programa de Subsídio Habitação de Interesse Social

Em R\$ 1,00

UG EXECUTIVA	FINACEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
560015	332.162.206	332.162.206	0,00
560003	0,00	0,00	0,00
560010	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	332.162.206	332.162.206	0,00

FONTE: SIAFI

2.4.3. Despesas Obrigatórias

O limite liberado para atender despesas com **sentenças Cíveis e Trabalhistas** totaliza o montante de R\$ 141.163.880,11 (cento e quarenta e um milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta reais e onze centavos), já analisado pelo Setor Jurídico da Unidade Gestora responsável.

Tabela 54 – Sentenças Judiciais

Em R\$ 1,00

UG EEXECUTORA	FINANCEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
275057	1.675.362	1.675.362	0,00
275058	13.901.837	13.901.837	0,00
275060	26.891.337	26.593.130	298.207
275066	3.935.385	3.935.385	0,00
275068	62.753.511	62.410.370	343.141
275069	30.708.181	30.708.181	0,00
275078	608.556	608.556	0,00
275079	60.148	60.148	0,00
560003	629.564	0,00	629.564
TOTAL:	141.163.880	139.892.969	1.270.912

FONTE: SIAFI

O Ministério recebeu o montante de R\$ 234.642.073,13(duzentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setenta e três reais e treze centavos), para atender despesas relativas a pagamento de pessoal;

Tabela 55 – Pessoal

Em R\$ 1,00

UG EXECUTORA	FINANCEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
275057	4.260.609	4.151.593	109.016
275058	2.444.443	2.400.660	43.783
275060	65.949.423	64.985.202	964.221
275066	343.703	338.430	5.273
275068	136.563.085	135.433.978	1.129.107
275078	612.528	598.429	14.098
275079	306.532	304.481	2.051
560003	2.483.934	0,00	2.483.934
560011	21.677.817	21.164.187	513.629
TOTAL:	234.642.073	229.376.960	5.265.113

FONTE: SIAFI

O financeiro relativo ao pagamento da Dívida Externa e Interna, recebido no exercício 2008, totaliza o montante de R\$ 110.178.445,49(cento e dez milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Tabela 56 – Dívida Externa e Interna

Em R\$ 1,00

	FINANCEIRO RECEBIDO	PAGAMENTO EFETUADO	LIMITE DE SAQUE 31/12/2008
EXTERNA	77.933.177	77.279.457	653.721
INTERNA	32.245.268	29.344.993	2.900.275
TOTAL:	110.178.445	106.624.450	3.553.996

FONTE: SIAFI

No exercício de 2008, o Ministério recebeu o financeiro no valor de R\$ 4.726.906.147,00 (quatro bilhão, setecentos e vinte e seis milhões, novecentos e seis mil, cento e quarenta e sete reais) para despesas de custeio e investimentos conforme o decreto nº. 6.439 de 22/04/08, do valor total de R\$ 823.527.056,00 (oitocentos e vinte e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil e cinquenta e seis centavos), originários de créditos extraordinários.

Quanto aos destaques concedidos (**REPASSES EFETUADOS**) pelo Ministério no ano de 2008, foi repassado o montante de R\$ 19.945.617,00 (dezenove milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezessete reais), atendendo assim a diversos Órgãos no decorrer do ano.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

(Item 3 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Vide Quadro II.A.1).

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a pagar de exercícios anteriores

(Item 4 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Vide Quadro II.A.2)

Tabela 57 – Execução de Restos a Pagar no exercício por ano de inscrição no Siafi

Ano de Inscrição	RP Processados				RP Não-processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	9.808.640	600.000	9.132.019	76.621	149.794.033	61.043.646	18.445.902	70.304.484
2006	45.220.787	49.426	29.156.817	16.014.544	1.200.682.692	70.487.582	748.478.962	381.716.148
2007	128.890.012	72.854	127.298.870	1.518.288	5.623.109.269	163.781.346	3.184.597.678	2.274.731.246
Totais:	183.919.439	722.280	165.587.706	17.609.453	6.973.585.994	295.312.574	3.951.522.542	2.726.751.878

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício

Tabela 58 – Transferências (convênios e outros tipos) - A Liberar

Tipo	Código Siafi	Nº Original	Nº do Processo	Celebração	Início da Vigência	Fim da Vigência	Objeto da Transferência	Publicação	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Total Transferido no Exercício	Conveniente	Valor a liberar	Situação
1	291186	BRA/00/043	00081.003887/2000-43	19/MAR/2001	19/MAR/2001	31/DEZ/2008	ASSISTENCIA PREPARATORIA BRA/00/43 - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADEE PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	18/ABR/2001	6.233.220,00	0,00	411.299,98	03723329000179 PROGRAMA DAS NACOES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD	3.392.064,02	Convênio em execução. Vigência prorrogada até 31/12/2009 conforme Revisão Substantiva "P", de 29/12/2008. Já alterado no SIAFI.
1	597749	56001057200700001	80000037101200750	11/DEZ/2007	13/DEZ/2007	21/FEV/2009	Objeto: Capacitação a assistência técnica de municípios e a produção de ações de regularização fundiária em assentamentos informais.	13/DEZ/2007	1.115.000,00	115.000,00	400.000,00	05054861000176 PARA GOVERNO DO ESTADO	300.000,00	Convênio em execução. Segundo Termo Aditivo, 05/03/2009, prorrogando vigência até 20/02/2010.

1	605653	560010572007 00012	80000.040317/2007	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	15/JAN/2009	Objeto: Projeto de Assistência Técnica para elaboração de Plano de Urbanização da ZEIS-Zona Especial de Interesse Social-OLARIA, definida no Plano Diretor Participativo do Município de Moreno	31/DEZ/2007	157.500,00	7.875,00	75.000,00	01994905000197 COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS LTDA.	74.625,00	O Convênio foi rescindido. Enviamos o processo com a Minuta de Termo de Rescisão a CONIUR/M CIDADES em 18/03/2009 e Douta Consultoria nos retornou o processo em 24/03/09. Já providenciamos a assinatura do Termo de Rescisão restando apenas a publicação do mesmo. Ressalto que os valores repassados ao Convenente já foram recolhidos por este, por meio de GRU, na data de 04/07/2008 no valor de R\$ 76.777,67. Estamos providenciando os devidos lançamentos no SIAFI.
---	--------	-----------------------	-------------------	-------------	-------------	-------------	---	-------------	------------	----------	-----------	---	-----------	--

1	605674	560010572007 00004	80000040443200757	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	21/DEZ/2008	Objeto: Projeto de Assistência Técnica para implementação da zona especial de Interesse Social Vila CAGEP	31/DEZ/2007	93.250,00	5.400,00	53.970,00	11515970000146 CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUE DE CASTRO	33.880,00	O convênio foi encerrado. A entidade já devolveu os recursos repassados, por meio de GRU, em 02/03/2009, no total de R\$ 58.279,52. Estamos providenciando os registros no SIAFI.
1	608931	560010572007 00005	80000040315200711	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	21/DEZ/2008	Objeto: Plano de ocupação e urbanização para zonas especiais de interesse social	31/DEZ/2007	171.346,00	21.828,00	98.250,00	08961997000158 FUNDACAO APOLONIO SALES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	51.268,00	Convênio em execução. Foi assinado 3º Termo Aditivo, prorrogando vigência para 21/06/2009.
1	609187	560010572007 00019	80000032823200718	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	27/DEZ/2008	Objeto: Diagnóstico dos condicionantes locais, propostas de intervenção e modelo de gestão integrado e participativo para reabilitação do centro antigo de Salvador.	31/DEZ/2007	423.830,00	44.200,00		05457349000170 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	322.966,00	Convênio em execução. A vigência foi prorrogada para 27/12/2009, por meio do 1º Termo Aditivo, de 26/12/2008. O SIAFI já se encontra atualizado com a nova vigência. A SNPU solicitou em 26/03/09 a liberação da 2ª parcela, estando sob análise no Setor de Convênios.

1	611028	560010572007 00006	80000040252200795	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	07/FEV/2009	Objeto: Plano de UrbanizaÇÃo da Zonahabitacional interesse social	31/DEZ/2007	105.375,00	21.075,00	64.690,00	06634980000160 - AMBIENTA ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL	19.610,00	Convênio em execução. Por meio do Segundo Termo Aditivo, de 03/02/2009, a vigência foi alterada para 07/08/2009. O SIAFI já está atualizado com a nova vigência.
1	611031	560010572007 00016	80000040462200783	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	20/AGO/2008	Objeto: Desenvolvimento do Plano de urbanizaÇÃo para a ZEIS.	31/DEZ/2007	109.910,00	21.982,00	49.921,60	03954927000159 COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA	38.006,40	O convênio foi rescindido, tendo o Extrato de Rescisão publicado no D.O.U em 06/02/2009. Os valores repassados já foram recolhidos, por meio de GRU, em 14/07/2008, no total de R\$ 50.586,10. Tentamos efetuar os registros de cancelamento no SIAFI mas não obtivemos êxito, no entanto, estamos estudando a forma de se proceder a baixa/cancelamento deste convênio no SIAFI.

1	615283	560010572007 00010	80000040461200739	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	21/JAN/2009	Objeto: Desenvolvimento de plano de ocupação e urbanização para ZEIS em Área pública.	31/DEZ/2007	183.457,50	36.691,50	98.700,00	04504602000137 URBES - INSTITUTO DE POLITICAS PUBLICAS URBANAS	48.066,00	Convênio em execução. Vigência prorrogada até 20/08/2009, por meio do 1º Termo Aditivo, de 21/01/2009. SIAFI já alterado com a nova vigência.
---	--------	-----------------------	-------------------	-------------	-------------	-------------	---	-------------	------------	-----------	-----------	---	-----------	--

Tabela 59 – Transferências (convênios e outros tipos) - A Aprovar

Tipo	Código Siafi	Nº Original	Nº do Processo	Celebração	Início da Vigência	Fim da Vigência	Objeto da Transferência	Data de Publicação	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Total Transferido no Exercício	Conveniente	Situação
1	74226	92/SS/1081(4.T.A DIT)	28000-7055-9016	29/JUL/1993	02/AGO/19 93	25/MAR/1995	I TERMO ADITIVO CONVENIO NR. 1081/SS/92.PROC. 7055-90-16	30/JUL/1993	64.977,82	0	0	04092672000125 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JI PARANA	A Prefeitura de Ji-Paraná se comprometeu a recuperar a rede de esgotamento sanitário, através de um Termo de Compromisso de Recuperação da Rede, e a enviar, documentalmente solicitados da execução dos serviços da referida recuperação, periodicamente. A última documentação encaminhada pela Prefeitura, foi em 10/10/2008, diretamente ao PROSEGE. Em setembro de 2008, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental recebeu denúncia de irregularidades no cumprimento das ações pactuadas no Termo de Ajuste firmado com a Prefeitura de Ji-Paraná. A SNSA, por meio do PROSEGE, efetuou vistoria in loco, e concluiu, por meio de Nota Informativa nº 04/08, de 11/11/2008, que a Prefeitura está em atraso no cumprimento das metas 3 e 4 do Termo de Ajuste, analisou as justificativas e concedeu prorrogação do prazo para cumprimento das metas, resultando no Of.013074/2008/SNSA/MCIDADES, de 25/11/2008, comunicando a Prefeitura de todos os fatos abordados na Nota Informativa. Assim sendo, estamos aguardando uma resposta do PROSEGE/SNSA quanto a conclusão do Termo de Ajuste para proceder ao lançamento no SIAFI.
1	75757	93/GM/029		26/AGO/1993	31/AGO/19 93	26/FEV/1994	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO(7185/90/13)	27/AGO/1993	21.091,01	0	0	18334268000125 CARATINGA PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 10/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	81215	92/SS/1077(3.T.R ER.)		19/JUL/1993	28/OUT/19 93	19/JUL/1995	1A TERMO ADITIVO AO CONVENIO.PROC. 8418-90-03	26/JUL/1993	1.889.744,62	0	0	07954480000179 CEARA DO GOVERNO DO ESTADO	Objeto do Convênio complementado pelo Contrato de Repasse SIAFI 290234 O Governo enviou plano de manutenção em 15/06/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI
1	85908	93/SS/156 (4.T.ADIT)		14/ABR/1994	15/ABR/19 94	26/ABR/1995	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO.PROC.	15/ABR/1994	276.642,60	0	0	18140756000100 ARAXA-MG PREFEITURA MUNICIPAL	O PROSEGE aprovou os Planos de Operação e Manutenção em 31/12/2008. Em virtude de férias e recesso dos servidores do Setor de Convênios, só foi possível lançar a

							7184-90-51.						aprovação em março de 2009. Portanto o referido convênio encontra-se no SIAFI em APROVADO.
1	88891	93/GM/SS/168		30/JUL/1993	22/DEZ/1993	15/JAN/1995	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO.PROC. 10700-90-14	06/AGO/1993	10.788,47	0	0	05054903000179 PARA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	Objeto do Convênio complementado pelo Contrato de Repasse SIAFI 290199. O Governo enviou plano de manutenção em 10/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção e manifestação financeira. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos e aprovação financeira para lançamento da aprovação no SIAFI.
1	102162	93/GM/SS/224		14/JUN/1994	22/JUN/1994	18/DEZ/1994	PRIMEIRO TERMO DE RE-RATIFICACAO AO CONV. 224/SS/93.PROC. 9786-90-24	15/JUN/1994	174.902,09	0	0	06553804000102 PICOS PREFEITURA	Objeto do Convênio complementado pelo Contrato de Repasse SIAFI 290154. O Governo enviou plano de manutenção em 03/09/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para lançamento da aprovação no SIAFI.
1	102169	93/GM/SS/126		09/JUN/1994	01/AGO/1994	25/AGO/1995	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE MATOZINHOS/MG, BENEFICIANDO 15.637 HABITANTES.PROC.2061-90-23	10/JUN/1994	452.647,22	0	0	18771238000186 MATOZINHOS PREFEITURA	Objeto do Convênio complementado pelo Contrato de Repasse SIAFI 290232. A Prefeitura enviou plano de manutenção em 30/07/07 e enviamos ao PROSEGE em 03/08/07 para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para lançamento da aprovação no SIAFI.
1	105634	94/GM/197	28000.002236/94-07	29/JUL/1994	01/AGO/1994	31/JUL/1995	CONSTRUCAO DE HABITACAO DE BAIXO CUSTO/PROTECH (2236/94/07)	01/AGO/1994	5.593.815,11	0	0	00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Por meio do MEMO/CGLOG 9297/2007, de 14/06/2007, solicitamos à Coordenadora do Geral do PBQP-H/SNH, manifestação quanto a análise da prestação de contas. Até o momento não obtivemos resposta quanto ao solicitado.
1	107127	94/GM/SS/167		20/JUN/1994	25/AGO/1994	20/JUL/1995	ESGOTAMENTO DE 2.265 LIGACOES DOMICILIARES NOS BAIROS CIDADE TAMANDA-RE CENTRO.PROCESSO NR.10728-91-14	22/JUN/1994	955.920,14	0	0	03755477000175 PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE	Objeto do Convênio complementado pelo Contrato de Repasse SIAFI 290288. A Prefeitura enviou plano de manutenção em 18/11/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para lançamento da aprovação no SIAFI.
1	109442	94/GM/SS/078		09/SET/1994	27/SET/1994	25/MAR/1995	IMPLANTACAO DE 4.020M DE REDE COLETORA E INTERCEPTORES, 966 LIGACOES DOMICILIARES E ESTACAO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, NA BACIA DO GONGOI.PROC.9485-	13/SET/1994	167.702,26	0	0	13858303000191 IGUAI PREFEITURA	Objeto do Convênio complementado pelo Contrato de Repasse SIAFI 290110. A Prefeitura enviou plano de manutenção em 10/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para lançamento da aprovação no SIAFI.

							91-17						
1	111810	93/GM/242		11/OUT/1994	08/NOV/1994	06/MAI/1995	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DOS BAIROS SAO GERALDO, JOSE CACHOEIRA E PADRE DIONISIO E APARECIDA, NO MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE PAULA/MG., EXTENSAO DA REDE: 5.045 METROS/LIG. DOMICILIARES	13/OUT/1994	158.522,69	0	0	18312975000110 SAO FRANCISCO DE PAULA PREFEITURA MUNICIPAL	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 10/12/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290110	CR0016	03200.000169/95-45	15/MAI/1996	15/MAI/1996	14/MAI/2006	O PRESENTE ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO TEM POR OBJETO ALTERAR A CLAUSULA SEGUNDA VALORES DOS REPASSES DO CONTRATO FIRMADO ENTREAS PARTES.		438.080,91	131718,87	0	13858303000191 IGUAI PREFEITURA	Contrato de Repasse complementar do Convênio SIAFI 109442. A Prefeitura enviou plano de manutenção em 10/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290112	CR0015	03200.001233/95-88	10/NOV/1995	10/NOV/1995	09/NOV/2005	REPASSE DE RECURSOS PARA CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE ICO/CE		1.421.338,78	357713,14	0	07669682000179 ICO PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 17/01/08 e enviamos ao PROSEGE em 22/01/08 para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290113	CR0025	03200.000312/95-17	17/AGO/1995	17/AGO/1995	16/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE ICO/CE.		256.514,21	96567,28	0	07669682000179 ICO PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 17/01/08 e enviamos ao PROSEGE em 22/01/08 para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290115	CR0030	03200.001147/95-48	14/NOV/1995	14/NOV/1995	13/NOV/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO		501.711,30	155145,82	0	14239578000100 VITORIA DA CONQUISTA PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 06/06/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao

							IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DEVITORIA DA CONQUISTA/BA						lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290122	CR0031	03200.000356/95-92	27/JUL/1995	27/JUL/1995	26/JUL/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DERUSSAS/CE.	1.232.175,78	384098,82	0	07535446000160 PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 06/06/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290124	CR0029	03200.001018/95-03	26/DEZ/1995	26/DEZ/1995	25/DEZ/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DERIO BRANCO/AC	918.294,40	300456,33	0	04034443000154 ACRE GOVERNO DO ESTADO	O Governo encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 30/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290125	CR0010	03200.001346/95-74	22/NOV/1995	22/NOV/1995	31/DEZ/2007	REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE BARREIRAS/BA.	1.370.127,13	352614,4	0	13654405000195 BARREIRAS PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 01/12/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290129	CR0011	03200.000357/95-55	25/JUL/1995	25/JUL/1995	24/JUL/2005	REPASSE DE RECURSO PARA CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE MAURITI/CE.	928.699,67	247450,42	0	07655269000155 MAURITI PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 29/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290153	CR0054	03200.001174/95-11	22/AGO/1995	22/AGO/1995	21/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLEMENTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO	569.146,44	22924,15	0	03507415000144 MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO	O PROSEGE aprovou os Planos de Operação e Manutenção em 23/12/2008. Em virtude de férias e recesso dos servidores do Setor de Convênios, só foi possível lançar a aprovação em março de 2009. Portanto o referido convênio encontra-se no SIAFI em APROVADO	

							SANITARIO DEVARZEA GRANDE/MT.						
1	290154	CR0057	03200.000187/95-27	28/AGO/1995	28/AGO/1995	27/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSO PARA A CONCLU-SAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DEPICOS/PI.	523.496,52	128491,52	0	06553804000102 PICOS PREFEITURA	Contrato de Repasse complementar do Convênio SIAFI 102162. O Governo enviou plano de manutenção em 03/09/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290160	CR0061	03200.000170/95-24	09/AGO/1995	09/AGO/1995	08/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DEPEDRO LEOPOLDO/MG.	333.918,73	127802,82	0	23456650000141 PEDRO LEOPOLDO PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 10/12/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290165	CR0066	03200.000093/95-85	06/DEZ/1995	06/DEZ/1995	31/DEZ/2006	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE MACEIO/AL.	34.041.066,19	25562971,3	0	12200176000176 ALAGOAS GOVERNO DO ESTADO	Enviamos ao PROSEGE em 01/09/08 para manifestação quanto a aprovação parcial da prestação de contas e do objeto. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE para prosequir com análise conclusiva ou a instauração da Tomada de Contas Especial.	
1	290175	CR0069	03200.000660/95-01	14/AGO/1995	14/AGO/1995	31/DEZ/2006	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DECARIACICA/ES. LOTE 01.	749.539,25	189045,31	0	27150549000119 CARIACICA PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 08/10/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290176	CR0067	03200.001352/95-77	04/AGO/1995	04/AGO/1995	03/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE	601.736,08	180520,8	0	27167410000188 LINHARES PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 13/01/09 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao	

							IMPLANTACAO DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITARIO DELINHARES/ES LOTE 01.						lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290193	CR0095	03200.000425/95-11	01/AGO/1995	01/AGO/1995	31/DEZ/2008	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITARIO DEJUNDIAI/SP.	03/AGO/1995	328.481,82	89760,17	0	45780103000150 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JUNDIAI	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 12/07/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290198	CR0109	03200.001146/95-85	02/AGO/1995	02/AGO/1995	31/DEZ/2006	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITARIO DEJACAREI/SP.	02/AGO/1995	849.559,21	83751,41	0	46694139000183 JACAREI PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 08/11/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290199	CR0106	03200.001321/95-43	26/OUT/1995	26/OUT/1995	25/OUT/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITARIO DEBELEM/PA.		13.026.368,87	2453735,51	0	05054861000176 PARA GOVERNO DO ESTADO	Contrato de Repasse complementar do Convênio SIAFI 88891. O Governo enviou plano de manutenção em 10/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção e manifestação financeira. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos e aprovação financeira para lançamanto da aprovação no SIAFI.
1	290202	CR0108	03200.000113/95-46	31/AGO/1995	31/AGO/1995	30/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITARIO DEIMPERATRIZ/MA.		855.733,46	157030,57	0	06354468000160 MARANHAO GOVERNO DO ESTADO	O Governo encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 09/07/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290205	CR0117	03200.000178/95-36	21/JUL/1995	21/JUL/1995	20/JUL/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO		1.741.590,48	517072,54	0	46379400000150 SAO PAULO GOVERNO DO ESTADO	O Governo encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 12/12/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a

							PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DESANTANA DO PARNAIBA/SP.								aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290213	CR0131	03200.000115/95-16	31/AGO/1995	31/AGO/1995	31/DEZ/2007	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE PETROPOLIS/RJ.	31/AGO/1995	921.873,48	230468,14	0	29138344000143 PETROPOLIS PREFEITURA			A Prefeitura encaminhou os Planos de Operação e Manutenção em 18/09/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290219	CR0085	03200.000112/95-28	04/AGO/1995	04/AGO/1995	31/DEZ/2007	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE DENATAL/RN.		4.705.315,61	1108689,73	0	08241770000138 RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DA FAZENDA			O Governo encaminhou os Planos de Operação e Manutenção em 02/12/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290234	CR0147	03200001286/95-44	28/JUL/1995	28/JUL/1995	31/DEZ/2008	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE FORTALEZA/CE. LOTE 01.		4.532.920,13	854938,04	0	07954480000179 CEARA GOVERNO DO ESTADO			Contrato de Repasse complementar do Convênio SIAFI 081215. O Governo enviou plano de manutenção em 15/06/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos Planos de Manutenção. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290245	CR0137	03200.000130/95-16	31/AGO/1995	31/AGO/1995	30/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSO PARA CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE SAO LUIS/MA.		4.181.117,64	1134149,41	0	06354468000160 MARANHAO GOVERNO DO ESTADO			O Governo encaminhou os Planos de Operação e Manutenção em 12/06/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.

1	290246	CR0134	03200.000253/95-50	21/AGO/1995	21/AGO/1995	20/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DESAO LEOPOLDO/RS.LOTE 01.		468.293,65	16548,06	0	89814693000160 SAO LEOPOLDO PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 12/07/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290247	CR0133	03200.001347/95-37	04/DEZ/1995	04/DEZ/1995	03/DEZ/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DEBOA VISTA/RR.		1.234.285,75	340900,75	0	84012012000126 GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	O Governo encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 14/09/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290257	CR0148	03200.000254/95-12	10/AGO/1995	10/AGO/1995	09/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DOMUNICIPIO DE BLUMENAU/SC.LOTE 01.		1.266.268,74	178986,36	0	83102236000166 BLUMENAU PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 16/07/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290261	CR0158	03200.000417/95-85	29/AGO/1995	29/AGO/1995	28/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DEQUINTANA/SP.LOTE 01.		508.196,55	134390,75	0	44569051000104 PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINTANA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 29/11/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	290263	CR0139	03200.001155/95-76	24/NOV/1995	24/NOV/1995	31/DEZ/2006	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO DE REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO	24/NOV/1995	983.269,95	259468,29	0	89814693000160 SAO LEOPOLDO PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 11/07/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.

							SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO/RS.LOTE 02.						
1	290280	CR0166	03200.000255/95-85	31/JUL/1995	31/JUL/1995	30/JUL/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE GOVERNADOR VALADARES/MG LOTE 01.	335.108,88	21216,6	0	20622890000180 GOVERNADOR VALADARES PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 07/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290281	CR0168	03200.000108/95-51	09/FEV/1996	09/FEV/1996	08/FEV/2006	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE GARANHUNS/PE.LOTE 01.	1.427.993,60	468427,16	0	11303906000100 GARANHUNS PREFEITURA	A Prefeitura não enviou Plano de Manutenção, cujo prazo expirava em dezembro de 2008, assim sendo, encaminhamos o Ofício 002315/CGLOG, em 26/03/09 solicitando os referidos planos ou devolução dos recursos e comunicando do lançamento da INADIMPLENCIA no sistema SIAFI. O sistema SIAFI ainda não processou a referida inadimplência.	
1	290289	CR 185	03200.000435/95-67	11/AGO/1995	11/AGO/1995	10/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE PM DE MARECHAL CANDIDO RONDON/PR - LOTE - 01.	662.200,22	155480,39	0	76205814000124 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON	A Prefeitura encaminhou os Relatórios de acompanhamento mensal em 16/10/08 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos relatórios para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	
1	290294	CR 0189	03200.000251/95-24	04/AGO/1995	04/AGO/1995	03/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE PM DE CONGONHAS/MG -	275.998,26	65646,68	0	16752446000102 CONGONHAS PREFEITURA	A Prefeitura encaminhou os Plano de Operação e Manutenção em 11/06/07 e enviamos ao PROSEGE para análise dos mesmos. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE quanto a aprovação dos Planos para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.	

							LOTE 02.						
1	291199	CR S/Nº	03200.000188/95-90	03/AGO/1995	03/AGO/1995	02/AGO/2005	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS PARA A CONCLUSAO DO PROJETO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DOMUNICIPIO DE MESQUITA/MG.	04/AGO/1995	190.820,90	0	0	17112061000143 MESQUITA PREFEITURA	Encaminhamos o processo ao PROSEGE para manifestação conclusiva quanto aos aspectos técnicos e financeiros da prestação de contas. Estamos aguardando a manifestação do PROSEGE para proceder ao lançamento da aprovação no SIAFI.
1	383663	001/99	00081.001619/99-47	30/DEZ/1999	30/DEZ/1999	16/AGO/2000	FORMULACAO DE UMA CARACTERIZACAO E UM DIAGNOSTICO, DE FORMA A BALIZAR O INICIO DA FORMATAACAO DE UM PROGRAMA SETORIAL DE TRANSPORTE URBANO NOPAIS.	03/JAN/2000	582.000,00	97000	0	00366849000183 INSTITUTO EUVALDO LODI DO DISTRITO FEDERAL	O referido processo foi danificado em meados de 2005 e só foi restaurado em setembro de 2007. Em outubro de 2008 analisamos a prestação de contas e constatamos diversas inconsistências. Tais inconsistências foram diligenciadas em outubro de 2008. Em resposta às nossas solicitações, o advogado do IEL/DF informou que não havia como encaminhar a documentação solicitada e solicitou o arquivamento do processo, em virtude de férias e recesso dos servidores do Setor de Convênios, ainda não foi possível a realização da análise da resposta do IEL/DF mas já estamos providenciando a análise.
1	511682	BRA/04/022	80000.025469/2004	16/AGO/2004	16/AGO/2004	31/DEZ/2006	SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES DAS CIDADES (SNIC)	24/AGO/2004	5.223.169,00	0	0	03723329000179 PROGRAMA DAS NACOES UNIDAS PARA O DESENVOLVIM ENTO - PNU	O Convênio foi celebrado com Organismo Internacional e quando da apresentação da prestação de contas, os valores descritos na moeda nacional (Reais) não estão conciliados, mas os valores convertidos para Dólares Americanos estão equivalentes/conciliados. No entanto, o registro no SIAFI é feito em moeda nacional, assim sendo solicitamos à Secretaria Executiva deste Minitério, informações/esclarecimentos/correções, quanto aos valores em Reais, para se proceder ao registro no SIAFI. A Secretaria Executiva oficiou o PNUD (Organismo Internacional Convenente) e encaminhou a esta CGLOG, em 19/11/2008, o Ofício recebido do PNUD quanto aos valores em reais, que não esclareceu as dúvidas desta Coordenação para registro da aprovação no SIAFI. Estamos estudando as formas de solucionar o impasse quanto ao registro da aprovação no SIAFI.
1	519977	08/2004-SNSA	80000.031693/2004-53	31/DEZ/2004	12/JAN/2005	11/JUL/2005	ELABORACAO DE PLANO INTEGRADO DE RESIDUOS	12/JAN/2005	120.000,00	20000	0	93155067000186 COOPERATIVA MISTA DOS	Em análise da prestação de contas. Aguardando documentos ou devolução dos recursos, solicitados por meio do

							SOLIDOS.					PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E URBANA	Of.00809/CGLOG de 03/02/09 e reiterado em 20/03/09.
1	521676	07/2004-PNCDA	80000.032820/2004	23/DEZ/2004	24/DEZ/2004	31/DEZ/2006	CAPACITACAO DE PRESTADORES DOS SERVICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL NO AMBITO DO PNCDA.	24/DEZ/2004	935.870,00	156000	0	33645482000196 INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL IBAM	Em análise da prestação de contas .
1	523496	02/2005-SNPU	80000.017300/2005-80	07/JUN/2005	07/JUN/2005	06/AGO/2006	COOPERACAO TECNICA MUTUA P/ APOIAR ACOES DE CAPACITACAO, SENSIBILIDADE MOBILIZACAO E APOIO AOS GESTORES E TECNICOS DOS MUNICIPIOS, SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA QUE CONTEMPLA A IMPLEMENTACAO DAS DIRETRIZES EPR	08/JUN/2005	2.623.189,30	123189,3	0	03151583000140 FUNDACAO UNIVERSITARIA DE BRASILIA	Em análise da prestação de contas
1	527388	04/2005-RJ	80000.036435/2005-44	19/OUT/2005	27/OUT/2005	31/DEZ/2006	APOIO A DESOBSTRUCAO DA MALHA FERROVIARIA DE ACESSO AO PORTO DO RIO DE JANEIRO, NO TRECHO ARARA/JACAREZINHO.	27/OUT/2005	1.440.000,00	240000	0	42498733000148 RIO DE JANEIRO PREFEITURA	Efetueamos a análise da prestação de contas e diligenciamos a conveniente em 03/10/08, por meio Of.11686/CGLOG, solicitando documentos complementares, correções de demonstrativos e justificativas. A Conveniente atendeu a nossa solicitação em 24/11/08, no entanto, tendo em vista ao período de férias e recesso dos servidores do Setor de Convênios, ainda não foi possível concluir a análise da documentação mas já estamos providenciando a análise final da prestação de contas.
1	529843	560010200500006	80000033972200532	25/NOV/2005	25/NOV/2005	31/DEZ/2006	Objeto: Apoio a ampliação da participação das cidadades brasileiras na jornada internacional "Na Cidade Sem Meu Carro"	29/NOV/2005	116.000,00	19000	0	03253271000147 INSTITUTO DA MOBILIDADE SUSTENTAVEL RUAVIVA	A prestação de contas final está em análise e oficiamos a conveniente em 02/02/09, por meio do Of.1690/CGLOG, solicitamos documentos complementares e justificativas, bem como a devolução de valores não aprovados.
1	544591	560010200500008	80000.046347/2005-51	26/DEZ/2005	26/DEZ/2005	30/SET/2007	APOIO AO PROGRAMA DE EDUCACAO AMBIENTAL E MOBILIDADE SOCIAL PARA O SANEAMENTO.	03/JAN/2006	589.640,00	127120	0	02385669000174 FIOTEC FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E T	Em análise da prestação de contas
1	566910	56001057200600001	80000019473200613	01/SET/2006	01/SET/2006	11/AGO/2007	Objeto: Apoio o monitoramento e avaliação dos processos de elaboração dos planos diretores participativos.	04/SET/2006	600.000,00	300000	0	33665647000191 CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA	Encaminhamos o processo à Secretarian Nacional de Programas Urbanos em 20/09/08 para emissão de parecer técnico conclusivo, só retornando ao Setor de Convênios em 17/02/09. Estamos efetuando

													E AGRONOMIA	a análise da prestação de contas final.
1	572637	5600105720060003	80000019645200659	08/NOV/2006	10/NOV/2006	30/ABR/2008	Objeto: Projeto de capacitação de profissionais na Área da Mobilidade e Acessibilidade.	10/NOV/2006	265.210,00	26700	0		03635232000104 ABEA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E	Analizamos a prestação de contas final e diligenciamos à Conveniente, em 20/03/09, por meio Of.2164/CGLOG, solicitando a devolução dos equipamentos adquiridos com recursos da União, conforme previsto na Cláusula Décima do Convênio 03/2006. Estamos aguardando o envio dos equipamentos para concluir a análise da prestação de contas final.
1	597804	5600105720070009	80000032964200650	13/DEZ/2007	13/DEZ/2007	06/FEV/2009	Objeto: Capacitação para a melhoria da gestão por meio de cursos direcionados a gestores, técnicos e profissionais de serviços municipais de saneamento.	14/DEZ/2007	203.803,78	22915	116.480,95		20057071000138 ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVICOS MUNICIP DE SANEAMENTO	O convênio encontra-se em execução. Em fevereiro de 2009 foi assinado o 1º Termo Aditivo, prorrogando a vigência para 06/12/2009.

Tabela 60 – Transferências (convênios e outros tipos) - A Comprovar

Tipo	Código Siafi	Nº Original	Nº do Processo	Celebração	Início da Vigência	Fim da Vigência	Objeto da Transferência	Publicação	Valor Pactuado	Contrapartida	Valor Total Transferido no Exercício	Conveniente	Situação
1	291186	BRA/00/043	00081.003887/2000-43	19/MAR/2001	19/MAR/2001	31/DEZ/2008	ASSISTENCIA PREPARATORIA BRA/00/43 - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADEE PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	18/ABR/2001	6.233.220,00	0	411299,98	03723329000179 PROGRAMA DAS NACOES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNU	Convênio em execução. Vigência prorrogada até 31/12/2009 conforme Revisão Substantiva "P", de 29/12/08. Já alterado no SIAFI.
1	597749	5600105720070001	80000037101200750	11/DEZ/2007	13/DEZ/2007	21/FEV/2009	Objeto: Capacitação a assistência técnica de municípios e a produção de ações de regularização fundiária em assentamentos informais.	13/DEZ/2007	1.115.000,00	115000	400000	05054861000176 PARA GOVERNO DO ESTADO	Convênio em execução. Segundo Termo Aditivo em 05/03/2009, prorrogando vigência até 20/02/2010.
1	597804	5600105720070009	80000032964200650	13/DEZ/2007	13/DEZ/2007	06/FEV/2009	Objeto: Capacitação para a melhoria da gestão por meio de cursos direcionados a gestores, técnicos e profissionais de serviços municipais de saneamento.	14/DEZ/2007	203.803,78	22915	116480,95	20057071000138 ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVICOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO	O convênio encontra-se em execução. Em fevereiro de 2009 foi assinado o 1º Termo Aditivo, prorrogando a vigência para 06/12/2009. A vigência do SIAFI já foi alterada para o novo término.

1	605653	5600105720070012	80000.040317/2007	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	15/JAN/2009	Objeto: Projeto de Assistência Técnica para elaboração de Plano de Urbanização da ZEIS-Zona Especial de Interesse Social-OLARIA, definida no Plano Diretor Participativo do Município de Moreno	31/DEZ/2007	157.500,00	7875	75000	01994905000197 COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS LTDA.	O Convênio foi rescindido. Enviamos o processo com a Minuta de Termo de Rescisão a CONJUR/MCIDADES em 18/03/2009 e Douta Consultoria nos retornou o processo em 24/03/09. Já providenciamos a assinatura do Termo de Rescisão restando apenas a publicação do mesmo. Ressalto que os valores repassados ao Conveniente já foram recolhidos por este, por meio de GRU, na data de 04/07/2008 no valor de R\$ 76.777,67. Estamos providenciado os devidos lançamentos no SIAFI.
1	605674	5600105720070004	80000040443200757	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	21/DEZ/2008	Objeto: Projeto de Assistência Técnica para implementação da zona especial de Interesse Social Vila CAGEP	31/DEZ/2007	93.250,00	5400	53970	11515970000146 CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUE DE CASTRO	O convênio foi encerrado. A entidade já devolveu os recursos repassados, por meio de GRU, em 02/03/2009, no total de R\$ 58.279,52. Estamos providenciado os registros no SIAFI.
1	608931	5600105720070005	80000040315200711	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	21/DEZ/2008	Objeto: Plano de ocupação Urbanização para as zonas especiais de interesse social	31/DEZ/2007	171.346,00	21828	98250	08961997000158 FUNDACAO APOLONIO SALES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	Convênio em execução. Foi assinado 3º Termo Aditivo, prorrogando vigência para 21/06/2009.

1	609187	5600105720070019	80000032823200718	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	27/DEZ/2008	Objeto: Diagnóstico dos condicionantes locais, propostas de intervenção e modelo de gestão integrado e participativo para reabilitação do centro antigo de Salvador.	31/DEZ/2007	423.830,00	44200		05457349000170 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	Convênio em execução. A vigência foi prorrogada para 27/12/2009, por meio do 1º Termo Aditivo, de 26/12/2008. O SIAFI já se encontra atualizado com a nova vigência. A SNPU solicitou em 26/03/09 a liberação da 2ª parcela, estando sob análise no Setor de Convênios.
1	611028	5600105720070006	80000040252200795	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	07/FEV/2009	Objeto: Plano de Urbanização Zonahabitacional interesse social	31/DEZ/2007	105.375,00	21075	64690	06634980000160 AMBIENTA ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	Convênio em execução. Por meio do Segundo Termo Aditivo, de 03/02/2009, a vigência foi alterada para 07/08/2009. O SIAFI já está atualizado com a nova vigência.
1	611031	5600105720070016	80000040462200783	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	20/AGO/2008	Objeto: Desenvolvimento do Plano de urbanização para a ZEIS.	31/DEZ/2007	109.910,00	21982	49921,6	03954927000159 COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA	O convênio foi rescindido, tendo o Extrato de Rescisão publicado no D.O.U em 06/02/2009. Os valores repassados já foram recolhidos, por meio de GRU, em 14/07/2008, no total de R\$ 50.586,10. Tentamos efetuar os registros de cancelamento no SIAFI mas não obtivemos êxito, no entanto, estamos estudando a forma de se proceder a baixa/cancelamento deste convênio no SIAFI.
1	615283	5600105720070010	80000040461200739	28/DEZ/2007	28/DEZ/2007	21/JAN/2009	Objeto: Desenvolvimento de plano de ocupação e urbanização para ZEIS em Área Pública.	31/DEZ/2007	183.457,50	36691,5	98700	04504602000137 URBES - INSTITUTO DE POLITICAS PUBLICAS URBANAS	Convênio em execução. Vigência prorrogada até 20/08/2009, por meio do 1º Termo Aditivo, de 21/01/2009. SIAFI já alterado com a nova vigência.

Tabela 61 – Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo	Código SIAFI/SIASG	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido ou transferido no exercício (R\$)	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
8 *		Edital Nº, 1, de 15/09/08 – Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT 2008 – MEC/MCidades	Apoio aos projetos de Universidades Federais Estaduais aprovados no âmbito do Programa de Extensão Universitária – PROEXT 2008 – MEC/MCidades relativos à capacitação para o Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC de pelo menos 2 técnicos de 40 prefeituras municipais	Portaria nº 552, publicada em 14/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG: 17.217-985/0001	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso total empenhado.
8 *				Portaria nº 562, publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA: 24.529.265/0001-40	Não houve empenho para recursos liberado. Projeto foi finalizado.
8 *				Portaria nº 559, publicada em 19/11/2008	49.680	49.680	-	Universidade Federal do Piauí – UFPI – 06.517.387/0001-34	Não houve empenho para o recurso liberado. Projeto foi finalizado

8 *				Portaria nº 553, publicada em 17/11/2008	49.600	49.600	-	Universidade Federal do São Francisco – UNIVASF: 05.440.725/00 01-14	Não houve empenho suficiente para o recurso liberado. Projeto foi finalizado
8 *				Portaria nº 557, publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal Pernambuco – UFPE: 24.134.488/00 01-08	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso empenhado parcialmente.
8 *				Portaria nº 565 publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal Fluminense – UFF: 28.523.215/00 01-06	Não houve empenho para o recurso liberado. Projeto foi finalizado
8 *				Portaria nº 574, publicada em 25/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal de Alagoas – UFAL: 24.464.109/00 01-48	Não houve empenho para o recurso liberado. Projeto foi finalizado

8 *				Portaria n° 566 publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal do Rio Grande – FURG: 94.877.586/00 01-10	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso total empenhado
8 *				Portaria n° 567, publicada em 19/11/2008	49.600	49.600	-	Universidade Federal do Pará – UFPA: 34.621.748/00 01-23	Não houve empenho suficiente para o recurso liberado. Projeto foi finalizado
8 *				Portaria n° 563, publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal de Viçosa – UFV: 25.944.455/00 01-96	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso empenhado parcialmente.
8 *				Portaria n° 558, publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal da Bahia – UFBA: 15.180.714/00 01-04	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso empenhado parcialmente.

8 *				Portaria nº 556, publicada em 19/11/2008	46.250	46250	-	Universidade Federal do Paraná – UTFPR: 75.101.873/00 01-90	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso empenhado parcialmente.
8 *				Portaria nº 573, publicada em 25/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal da Paraíba – UFPB: 24.098.447/00 01-10	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso empenhado parcialmente.
8 *				Portaria nº 561 publicada dia 19/11/2008	50.000	50.000	-	Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - CEFET/MT: 33.710.211/00 01-77	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso empenhado parcialmente.

8 *				Portaria nº 560, publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT: 33004540/000 1-00	Não houve empenho para o recurso liberado. Projeto foi finalizado
8 *				Portaria nº 551 publica em 17/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal do Espírito Santo -UFES: 32479123/000 1-43	Projeto de capacitação será desenvolvido no ano de 2008. Recurso empenhado parcialmente.
8 *				Portaria nº 564 publicada em 19/11/2008	50.000	50.000	-	Universidade Federal de Lavras – UFLA: 22.078.679/00 01-74	Não houve empenho suficiente para o recurso liberado. Projeto foi finalizado

* Destaque/repasso de recursos financeiros para a Universidade Federal Estadual

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela 62 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	1	5.375,17	1	2.034,00
2007	1	4.796,77	1	6.250,00
2008	2	7.761,98	2	870,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinações e recomendações do TCU

Acórdão nº 2257/2008 – TCU – Plenário, referente ao Levantamento de Auditoria realizado pela SECEX/PI, no período de 7/5 a 18/7/2008, no âmbito do Fiscobras/2008, nas obras de Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina – PI no Estado do Piauí (PT 26.783.0222.3444.0022), onde determina:

“9.3. determinar:

9.3.1. ao Ministério das Cidades que assine o prazo máximo de 30 (trinta) dias para que a Companhia Metropolitana de Transporte Público do Piauí – CMTP apresente a prestação de contas final dos recursos recebidos por força do Convênio nº 052/2001, constituída de todos os elementos indicados no art. 28, caput e incisos, da IN/STN nº 01/1997, instaurando-se o competente processo de tomada de contas especial, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 31, §§ 7º e 8º, do referido normativo;”

Em cumprimento às determinações constantes dos subitens 9.3.1 do Acórdão nº 2257/2008-TCU – Plenário, foi solicitado a Companhia Metropolitana de Transporte Público do Piauí – CMTP, por meio do Ofício 012161, de 21 de outubro de 2008, apresentação da prestação de contas final dos recursos recebidos por força do Convênio nº 052/2001.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Tabela 63 – Atos Relacionados ao Exercício de 2008

ATOS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO DE 2008		
ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SIAPE
Admissão	76	83*
Desligamento	37	39**
Aposentadoria	0	0
Pensão	0	0

As divergências entre a quantidade de atos praticados no exercício e a quantidade de atos registrados no sistema SISAC, devem-se aos seguintes fatos:

* 7 servidores ingressaram antes de 2008, mas somente foram registrados em 2008

**4 servidores saíram antes de 2008, sendo registrados nesse ano, e 2 servidores saíram em 2008, mas só foram registrados em 2009.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no período.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Tabela 64

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	36		58		52	
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade						
Total Pessoal Próprio						

Tabela 65

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	23		26		31	

Tabela 66

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8745/1993)	0		0		0	

Tabela 67

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	0		0		0	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	198	9.031.081,02	198	9.235.849,73	198	7.608.974,92
Pessoal Terceirizado Outras atividades						
Estagiários	2		12		6	
Total Pessoal Terc + Estag	200		210		204	

Tabela 68

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	4		4		4	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	36		33		31	
Total Pessoal Requisitado, em exercício na unidade	40		36		34	

Tabela 69

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	3		3		3	
Total Pessoal cedido pela unidade	3		3		3	



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Declaração do Contador Responsável

Unidade Jurisdicionada: Secretaria Executiva

Exercício: 2008

Os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, exceto no tocante a:

- Unidade Gestora 560010 –Coordenação-Geral de Recursos Logísticos:
 - a) Existência de saldos nas contas do grupo 19.962.00.00 – Convênios, em que se encontram registrados estoques de Convênios cujas vigências expiraram nas situações de A Liberar, A Comprovar e A Aprovar.
 - b) Existência de saldo alongados na conta transitória 19.911.08.00 – não atendendo ao prazo de trinta dias para análise e baixa dos saldos.
 - c) Permanência de saldos alongados nas contas 21.123.00.00 – não atendendo ao prazo de 30 dias para o recolhimento de obrigações.

- Unidade Gestora 175004 – Caixa Econômica Federal – Programas Sociais:
 - d) Existência de saldos nas Contas do grupo 19.972.14.00 – Contratos de Repasse, em que se encontram registrados estoques de Convênios cujas vigências expiraram nas situações de A Liberar, A Comprovar e A Aprovar.
 - e) Ausência dos registros nas contas do grupo 19.962.21.00 – Termo de Compromisso PAC, tendo os valores firmados e a sua execução, realizados em contas de outro grupo contábil.
 - f) Ausência de tempestividade nos registros do SIAFI, causando divergência entre os saldos nas contas contábeis e a situação real dos contratos de repasse.



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

- g) Existência de saldos alongados na conta transitória 21.263.00.00 – Ordens Bancárias Canceladas – não atendendo ao prazo legal determinado para regularização da inconsistência.
- h) Existência de saldos alongados na conta transitória 21.149.00.00 – Depósito de Terceiros – referentes a valores de depósitos de terceiros sem este tenha tido a devida regularização no prazo legal de sessenta dias.
- i) Permanência de saldos alongados nas contas 21.261.00.00 – Valores Recebidos - não atendendo ao prazo de 30 dias para a devida classificação das apropriações de obrigações de curto prazo.

A responsabilidade pelos demonstrativos da unidade gestora 175004 - Caixa Econômica Federal – Programas Sociais, cabe a Contadora Margarida Maria Ferreira de Barros, entretanto por se tratar de uma unidade gestora subordinada a Secretaria Executiva UG 560003 esta foi incluída nesta declaração.

Informo que as unidades gestoras foram inquiridas sobre as inconsistências mediante Notas Técnicas e/ou mensagens SIAFI e que foram lançados no Sistema SIAFI restrições contábeis durante o exercício de 2008 e não regularizadas até o encerramento do exercício.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 02 de março de 2008.

José Jorge dos Santos Pereira
Contador Responsável pela Secretaria Executiva.
CRC/DF – 005655/O-3

Relatório de Correição

RELATÓRIO DE PROCESSOS DE SINDICÂNCIA/PAD - 2008

NÚMERO DO PROCESSO:	00081.002011/2002-41, 80000.014114/2003-27, 00190.002676/2004-40 e 8000.027088/2006-40		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/> Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/> Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Port nº: 57 e prorrogada Port nº 386/2007		Data: 28.01.08 e 20/08/2007
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Responsabilidade pelo pagamento de serviço prestados pela Caixa Econômica à SEDU sem cobertura contratual		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/> Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input checked="" type="checkbox"/> Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

NÚMERO DO PROCESSO:	80001.031778/2007-74		
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/> Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/> Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Port nº: 253/2008 e prorrogada Port nº 2932008; e Port nº 410/2008 e prorrogada pela Port nº 465/2008		Data: 12.05.08 e 11.05.08, respectivamente; Data: 26.08.08 e 25.09.08, respectivamente
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades referente a microcomputadores HP instalados no DENATRAN por estarem com licença do Windows XP arrancadas		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/> Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input checked="" type="checkbox"/> Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU

Handwritten signature

Recomendação de Instauração de TCE .	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$):
--------------------------------------	---

NÚMERO DO PROCESSO:	80000.006475/2008-12		
Tipo de processo: .	<input type="checkbox"/> Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/> Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/> Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador: .	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Portaria nº: 278 e prorrogada pela Portaria nº 396; Portaria nº 91/2009		Data: 09.06.08 e 11.08.08, respectivamente; Data: 05.03.09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Programa de subsídio à habitação de interesse social-PHS - Recursos do Orçamento Geral da União – Consulta sobre procedimentos operacionais .		
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/> Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição .	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/> Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE .	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

NÚMERO DO PROCESSO:	80000.041490/2007-18		
Tipo de processo: .	<input type="checkbox"/> Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/> Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador: .	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Port nº: 294/2008 e prorrogada pela Port nº 361/2008		Data: 13.06.08 e 11.07.08
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Exoneração de Servidor		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/> Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição .	<input checked="" type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/> Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:	Advertência por inobservância ao disposto no art. 116, inciso XI, da Lei nº 8.112/90		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU

Recomendação de Instauração de TCE .	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$):		
NÚMERO DO PROCESSO:	80000.02031/2008-25		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/> Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Port n°: 415/2008 e prorrogada pela Port n° 493/2008		Data: 27.08.08 e 03.10.08
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Obs: Processo avocado pela Controladoria Geral da União		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/> Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolução .	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/> Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE .	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

BSB, 25.03.09

Edna da Silva Amorim

Edna da Silva Amorim
Coordenadora- Geral de Recursos Humanos